



RELATÓRIO E CONTAS 2019

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

ÍNDICE

| | |
|---|-----------|
| NOTA PRÉVIA | 3 |
| A. RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO | 4 |
| 1. Órgãos sociais | 4 |
| 2. Âmbito | 4 |
| 3. Enquadramento regulamentar | 4 |
| B. RELATÓRIO DE GESTÃO | 5 |
| 1. Perspetiva | 5 |
| 2. Associados | 6 |
| 3. Saúde | 9 |
| 4. Ação Social | 11 |
| 5. Atividade associativa | 13 |
| 6. Iniciativas culturais | 13 |
| 7. Finanças | 14 |
| 8. Principais indicadores | 22 |
| 9. Agradecimentos | 22 |
| 10. Aplicação de resultados | 23 |
| 11. Propostas | 23 |
| C. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS | 24 |
| 1. Casa da Imprensa – Associação Mutualista | |
| Balanço a 31 de dezembro de 2018 | 25 |
| Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018 | 26 |
| Demonstração de resultados das modalidades | 27 |
| Demonstração dos Fluxos de Caixa | 28 |
| Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais | 29 |
| 2. Fundos autónomos | |
| Fundo de Ação Social – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018 | 30 |
| Fundo Autónomo de Subsídio Complementar – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018 | 31 |
| Fundo Norberto Lopes – Balanço e Demonstração de Resultados a 31 de dezembro de 2018 | 32 |
| D. ANEXO | 33 |
| E. PARECER DO CONSELHO FISCAL | 46 |
| 1. Parecer | 47 |

NOTA PRÉVIA

O *Relatório de Gestão* e respetivas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2019, que constam das páginas seguintes, foram aprovados em reuniões do Conselho de Administração realizadas nos dias 3 e 10 de março e apresentados nesta data ao Conselho Fiscal, que emitiu o competente *Parecer* a 16 de março.

Por proposta do Conselho de Administração, que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral aceitou, estes documentos – *Relatório e Contas* e *Parecer do Conselho Fiscal* – seriam apreciados em reunião ordinária da Assembleia Geral a convocar para o dia 31 de março.

As regras de saúde pública adotadas na sequência da declaração de pandemia de SARS-CoV-2 impossibilitaram, porém, a convocação da Assembleia Geral para a data prevista e o Decreto-Lei 10-A/2020, de 13 de março, prorrogou o prazo legal para a sua realização.

Tendo em conta estes factos – e após análise da situação criada e das suas possíveis consequências a curto e médio prazo para a CASA DA IMPRENSA – em reuniões realizadas a 16 e 31 de março o Conselho de Administração decidiu manter integralmente o relatório de atividades e as demonstrações financeiras, porque reportadas a 31 de dezembro de 2019 (*págs. 5 a 32*), e apenas alterar o ponto 12 do ANEXO, relativo a “*Acontecimentos após data de Balanço*”, para sublinhar que a associação “não está imune a efeitos colaterais” da recessão económica causada pela pandemia e alertar para os riscos que se apresentam para o futuro (*págs. 43/44*).

O Conselho Fiscal também manteve o seu *Parecer*, acrescentando uma nota relativa aos *Eventos subsequentes* à data de Balanço (*pág. 47*).

Lisboa, 31 de março de 2020

IN MEMORIAM

Paulo Fernandes Silva

Os documentos do Conselho de Administração agora divulgados são subscritos pelos quatro membros deste órgão em efetividade de funções em 31 de março de 2020, data em que tiveram a ratificação final. O Vice-Presidente eleito, Paulo Fernandes Silva, faleceu a 22 de março e por esta infeliz razão já não os subscreve.

Apesar do agravamento da doença desde o final de 2019, Paulo Silva acompanhou até ao fim o trabalho do Conselho de Administração, participou em muitas reuniões e colaborou na preparação do Relatório, a que deu o seu acordo.

Paulo Silva participou sempre ativa e esclarecidamente na vida associativa, no atual e em anteriores mandatos, desde 2003, no Conselho de Administração ou no Conselho Geral, e muito especialmente quando foi Presidente em exercício, em 2010/2011, pelo que é credor de público reconhecimento e da justa homenagem dos seus pares.

A

RELATÓRIO DE GOVERNO DA INSTITUIÇÃO

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Eugénio Alves
1.º Secretário: Eunice Lourenço
2.º Secretário: Manuel Carlos Freire
Suplentes: Helder Robalo
Cláudia Monteiro
Francisca Leal

Conselho de Administração

Membros eleitos em efetividade de funções

Presidente: J. Goulart Machado
Vogal: Carlos Lobato
Vogal: José Fragoso
Vogal: Luísa Melo
Suplentes: Elsa Alves
Ana Paula Ferreira
Margarida Gomes
Luísa Ferreira

Conselho Fiscal

Presidente: Helena Garrido
Secretário: Sérgio Aníbal
Relator: Luísa Bessa Coelho
Suplentes: Hélder Carvalho Martins
Sónia Santos Pereira
Luís Reis Pinto

Conselho Geral

Membros eleitos em efetividade de funções

José António Santos
Lurdes Ferreira
António Borga
Ribeiro Cardoso
Nuno Ribeiro
Cesário Borga

2. ÂMBITO

A CASA DA IMPRENSA – Associação Mutualista tem a sua origem na Associação de Classe dos Trabalhadores da Imprensa de Lisboa criada em 24 de abril de 1905 (estatutos aprovados por alvará do Ministério das Obras Públicas – Direção Geral do Comércio e da Indústria). No ano de 1925 foram aprovados os estatutos da Caixa de Previdência do Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, tendo esta denominação sido alterada para Caixa dos Profissionais da Imprensa de Lisboa, por alvará de 26 de abril de 1935 do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social.

A designação atual, CASA DA IMPRENSA, foi adotada e reconhecida em 1992, ano em que se concretizou a integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas, através da Portaria n.º 506/92, de 19 de junho.

A CASA DA IMPRENSA é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), não lucrativa, com a natureza de Pessoa Coletiva de Utilidade Pública, cujos fins fundamentais consistem na concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados, conforme estatutos aprovados em 2015.

Em 15 de outubro de 2019 a Assembleia Geral aprovou novos estatutos, que aguardam o necessário registo pela Direção Geral da Segurança Social para entrarem em vigor.

3. ENQUADRAMENTO REGULAMENTAR

A CASA DA IMPRENSA subordina-se à legislação geral aplicável às associações mutualistas, encontrando no Código das Associações Mutualistas (Decreto-Lei n.º 59/2018, de 2 de agosto) a sua matriz de referência.

Como regulamentos próprios rege-se pelos:

– Estatutos, aprovados em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 44, à inscrição n.º 16/81, a fls. 33 e 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar;

– Regulamento de Benefícios, aprovado em Assembleia Geral iniciada a 31 de março de 2015 e concluída a 7 de abril de 2015, com registo definitivo lavrado pelo averbamento n.º 45 à inscrição n.º 16/81, a fls. 70 verso do Livro das Associações Mutualistas e das Fundações de Segurança Social Complementar.

B.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração da CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA submete à aprovação dos associados o Relatório de Gestão e as Contas relativas ao ano de 2019.

Além do balanço global, que perspetiva a orientação do trabalho realizado (*Secção B, ponto 1, nesta página*), o Relatório apresenta, de modo detalhado, fatural e objetivo, o que no entender do Conselho de Administração caracterizou a atividade desenvolvida ao longo do ano, para a sua avaliação pelos associados, e a proposta de aplicação de resultados (*secções 2 a 8, pág. 6 e seguintes*).

As demonstrações financeiras (*Secção C, pág. 24 e seguintes*) adotam o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL), como acontece desde o relatório relativo ao exercício de 2012, garantindo assim a comparação em todos os aspetos significativos com os valores dos exercícios anteriores.

Os factos e valores relativos a exercícios anteriores a 2019 são, sempre que disponíveis, os que constam dos relatórios de gestão e demonstrações financeiras dos exercícios respetivos, aprovados pela Assembleia Geral.

No ANEXO ao Relatório de Gestão (*Secção D, pág. 33 e seguintes*) são explicitados os conceitos da política contabilística. Conforme legalmente preceituado.

O relatório é distribuído com o *Parecer do Conselho Fiscal*, emitido nos termos estatutários (*Secção F, págs. 46/47*).

1. PERSPETIVA

O presente Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras que o acompanham contêm abundante informação sobre a atividade da CASA DA IMPRENSA em 2019, exposta de forma objetiva e sempre que possível quantificada. Nos principais indicadores da atividade, abre uma panorâmica sobre a evolução registada nos últimos dez anos, porque é necessário ter em conta o caminho percorrido para melhor se perspetivar o futuro.

Pela sua importância, o Conselho de Administração destaca os três aspetos que, no seu entender, melhor caracterizam a atividade desenvolvida e a situação atual da nossa associação: a prestação de serviços de saúde; os resultados financeiros do exercício; e a revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios.

A atividade da CASA DA IMPRENSA continuou a crescer em 2019 no que respeita aos seus objetivos principais: prestação de serviços de saúde e apoio social.

Na saúde, aumentou consideravelmente o número de consultas, exames e tratamentos. Isto foi particularmente evidente no recurso a prestadores de serviços externos, com a utilização do cartão de saúde, mas é um facto que a maior parte dos atendimentos ainda é assegurada pelos serviços próprios da associação ou através de convénios diretos.

As duas modalidades de Saúde registaram resultados negativos pela primeira vez desde 2011 e o saldo anual das contas das modalidades mutualistas apresentava em 31 de dezembro um défice de 9100,11 euros, numa despesa global de 737 137,97 euros.

Conforme repetidos alertas feitos ao longo de mais de dois anos, o atraso na revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios reduziu a margem para acomodar factos imprevistos e não recorrentes. Foi o que aconteceu agora, com o reconhecimento de imparida-

des relativas a contratos de arrendamento e a realização de pequenas obras, com um impacte global de cerca de 12 mil euros, superior ao défice do exercício. Diferente foi o desempenho do conjunto dos fundos autónomos, com um resultado global positivo de 144 399,80 euros.

O Fundo de Ação Social, o maior fundo sob gestão da CASA DA IMPRENSA, teve uma rendibilidade líquida de comissões e outros encargos administrativos e financeiros de 2,8 por cento, financiou apoios sociais no valor de 257 342,63 euros e teve um resultado líquido positivo de 154 919,02 euros.

A revisão dos Estatutos e do Regulamento de Benefícios foi o principal objetivo do Conselho de Administração em 2019. As propostas foram debatidas em todos os órgãos associativos e em reuniões informais abertas a todos os associados, sendo aprovadas por ampla maioria ou por unanimidade na mais participada reunião da Assembleia Geral realizada, pelo menos, nos últimos dez anos. A sua entrada em vigor, porém, continua a aguardar o registo pela Direcção Geral da Segurança Social, uma situação que é comum a todas as associações mutualistas, obrigadas a adequar os seus estatutos ao novo Código que regula o sector.

Os novos Estatutos virão reforçar as regras de transparência e de responsabilização na vida associativa.

O novo Regulamento de Benefícios alarga o leque de opções individuais e coletivas para a proteção na saúde, cria a nova modalidade de Previdência-Reforma, especialmente vocacionada para os associados mais jovens, e – fator decisivo – repõe o equilíbrio financeiro das modalidades.

A sua entrada em vigor, que se espera aconteça em breve, é uma forte razão para mantermos a confiança no futuro.

2. ASSOCIADOS

Em 31 de dezembro de 2019 a CASA DA IMPRENSA tinha 2312 associados, mais 49 (+2,2%) que no final de 2018. Ao longo do ano foram admitidos 107 candidatos (120 em 2018), faleceram 14 associados (o mesmo número de 2018) e 34 cancelaram a inscrição (44 em 2018).

Outros 10 foram eliminados por terem deixado de pagar as quotas (11 em 2018).

O quadro seguinte sintetiza o movimento de entradas e saídas em 2019, a distribuição da massa associativa por categorias e as relações de parentesco:

MOVIMENTO DE ASSOCIADOS

| Movimento de Associados | 31/12/2018 | Movimento entre as datas | | | | | 31/12/2019 |
|-----------------------------|-------------|--------------------------|-----------|------------|------------|---------------------------------|-------------|
| | | Admitidos | Falecidos | Eliminados | Desistiram | Readmitidos / Mudaram categoria | |
| Associados Efectivos | 1124 | 30 | 8 | 3 | 14 | 2 | 1131 |
| Associados participantes | 1139 | 77 | 6 | 7 | 20 | -2 | 1181 |
| Famil. Assoc. Efectivos: | 816 | 30 | 3 | 1 | 11 | -23 | 808 |
| Cônjuges | 311 | 10 | 2 | 1 | 5 | -5 | 308 |
| Cônjuges sobrevivios | 48 | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 51 |
| Ascendentes | 3 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 2 |
| Filhos | 454 | 20 | 0 | 0 | 6 | -21 | 447 |
| Associados Pens. FASC | 11 | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 10 |
| Outros Assoc. Participantes | 255 | 35 | 1 | 4 | 5 | 22 | 302 |
| Famil. Assoc. Particip.: | 57 | 12 | 2 | 1 | 4 | -1 | 61 |
| Cônjuges | 25 | 7 | 0 | 0 | 2 | 0 | 30 |
| Cônjuges Sobrevivos | 9 | 1 | 2 | 0 | 0 | 0 | 8 |
| Filhos | 23 | 4 | 0 | 1 | 2 | -1 | 23 |
| Total Associados | 2263 | 107 | 14 | 10 | 34 | 0 | 2312 |

Do total de associados em 31 de dezembro de 2019, 1131 (48,9%) eram efetivos (jornalistas no ativo ou na reforma) e 1181 (51,1%) eram participantes.

Destes, 818 (35,4% do total de associados) eram familiares de associados efetivos. Os jornalistas e seus familiares representavam assim 84,3 por cento do total de associados (86,2% em 2018).

Na distribuição por género, o número de associadas ultrapassa o de associados: 1161 (50,2%) contra 1151 (49,8%). No ano anterior, o primeiro em que o número de associadas ultrapassou o de associados, eram 1137 do sexo feminino (50,2%) e 1126 do sexo masculino (49,8%).

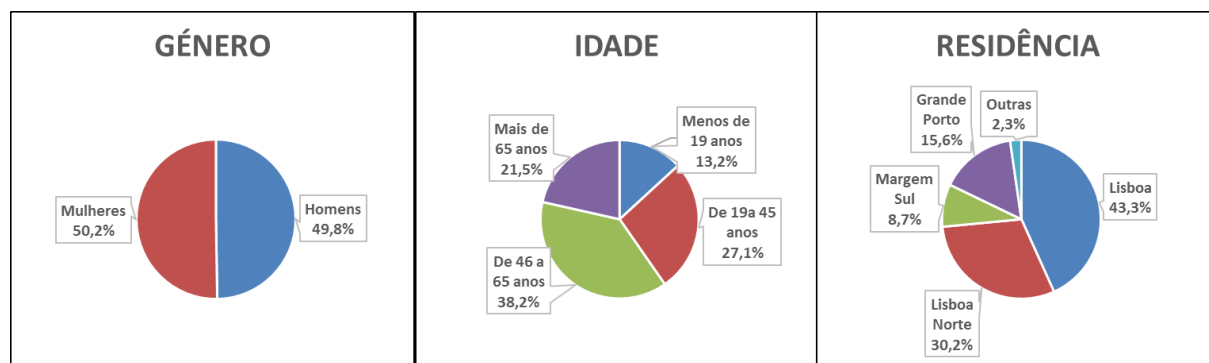
Por classes etárias, quase dois terços dos inscritos (1510 associados, ou 65,3% do total) têm idades compreendidas entre os 19 e os 65 anos. Com menos de

19 anos estavam inscritos 305 associados (13,2% do total), sendo 497 os *seniores* com mais de 65 anos (21,5%).

A média de idades, no conjunto dos associados, era de 48,1 anos (47,6 anos em 2018). Nas 107 novas inscrições registadas em 2019 a média de idades foi de 38,1 anos (32,4 anos em 2018).

Quatro em cada cinco associados (82,1%) residem na área metropolitana de Lisboa. No concelho de Lisboa moram 1000 associados (43,3% do total), nos concelhos de Oeiras, Cascais, Sintra, Amadora, Odivelas e Loures, 699 (30,2%) e na Margem Sul, 200 (8,7%). Na região do Grande Porto residem 368 associados (16,9% do total).

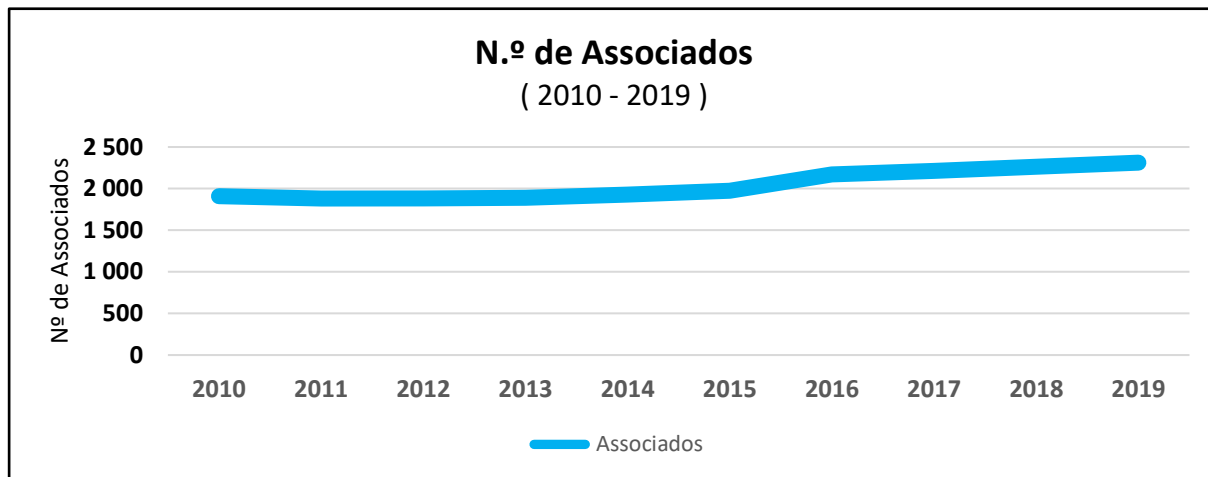
Os gráficos seguintes mostram a distribuição de associados por género, escalão etário e área de residência.



A evolução do número total de associados em 2019 segue a tendência dos últimos anos, desde a alteração dos estatutos de 2009, quando o perímetro de inscrição foi alargado, podendo ser admitidos, já não apenas os jornalistas, como até então, mas também os seus

familiares, os restantes trabalhadores do sector da comunicação social, os profissionais da comunicação e dos audiovisuais, os autores de obras científicas, literárias e artísticas e os seus familiares.

O gráfico seguinte regista essa tendência.

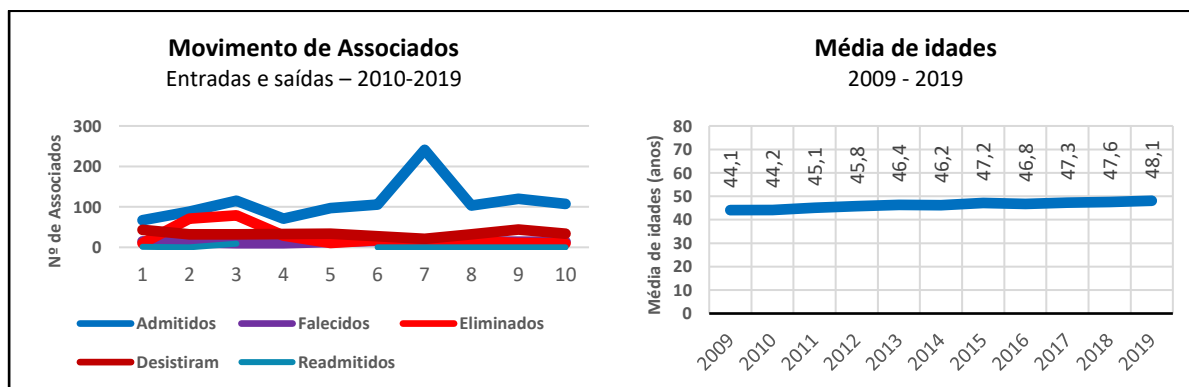


Os gráficos seguintes mostram a evolução nos movimentos de entradas e saídas registados nos últimos dez anos e a evolução da média de idades de todos os associados.

O primeiro evidencia os picos de adesões que se segui-

ram às alterações estatutárias e à melhoria de benefícios que entraram em vigor em julho de 2012 e outubro de 2015.

O segundo, mostra que em dez anos, desde 2009, a média de idades aumentou de 44,1 para 48,1 anos.



Abstraindo possíveis efeitos de fatores demográficos gerais, como o aumento da esperança de vida, tal evolução foi condicionada por dois fatores internos e de efeitos contrários: a eliminação de um limite mínimo de idade para a admissão, em 2009, que permite a

adesão de recém-nascidos, e o aumento do limite máximo, de 45 para 65 anos, em 2012. Em dois períodos extraordinários subsequentes às revisões estatutárias de 2012 e 2015 (durante seis meses, em ambos os casos), não houve limite de idade para a admissão.

Subscritores das modalidades mutualistas

O quadro ao lado apresenta o número de subscrições ativas em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 nas modalidades mutualistas. Em 31 de dezem-

SUBSCRIÇÕES ATIVAS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

| Modalidades | 31/12/2019 | 31/12/2018 | Difª | |
|-----------------------------|------------|------------|------|------|
| | | | (Nº) | (%) |
| Solidariedade Associativa | 2312 | 2263 | 49 | 2,2% |
| Cuidados de Saúde Primários | 2311 | 2263 | 48 | 2,1% |
| Internamento Hospitalar | 1427 | 1363 | 64 | 4,7% |
| Capitais por Morte | 633 | 633 | 0 | 0,0% |

bro de 2019 todos os associados beneficiavam da Solidariedade Associativa (SA) e destes apenas um não tinha ativa a subscrição da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP).

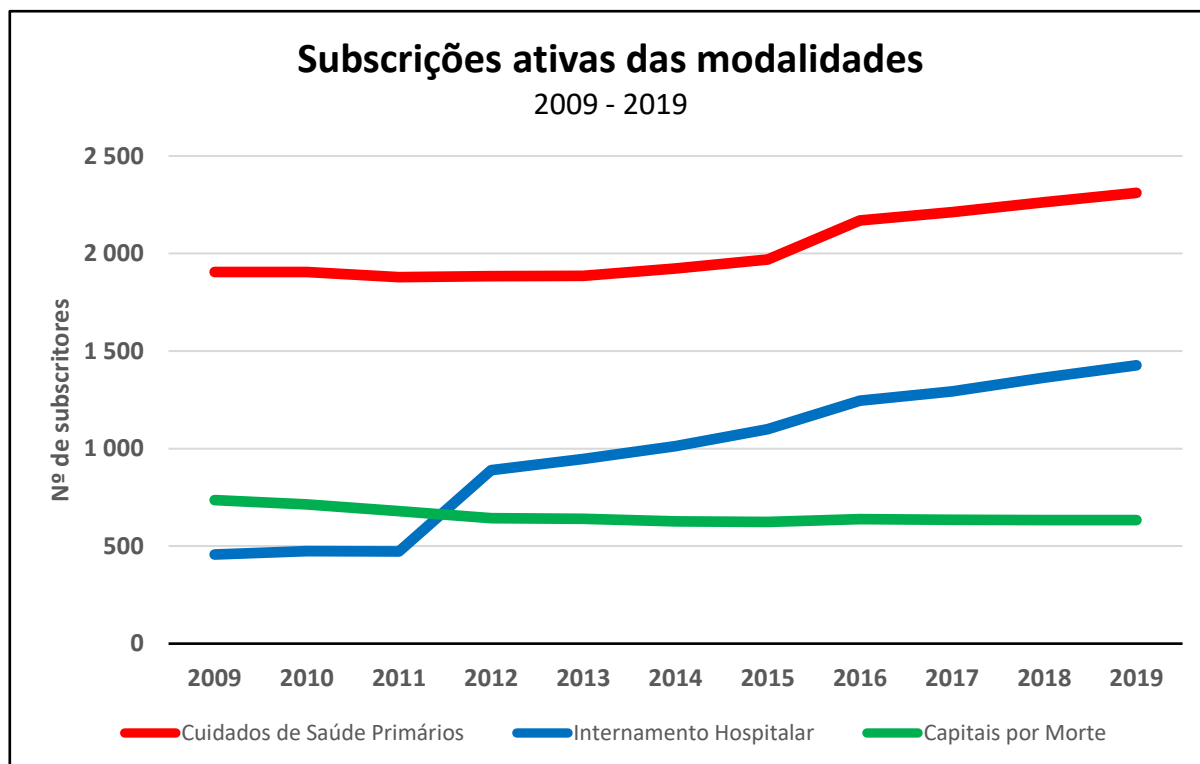
A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) tinha 1427 subscritores no último dia do ano, mais 64 (+4,7%) que no ano anterior, abrangendo agora 61,7 % do total de associados (60,2% em 2018).

A modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) tinha 633 subscrições ativas em dezembro de 2019, o

mesmo número que no ano anterior.

As inscrições realizadas durante o mês de dezembro de 2019 garantiam o aumento do número de inscrições ativas em 1 de janeiro de 2020 para 2.325 associados, já que as inscrições de novos associados e a subscrição de modalidades só se tornam efetivas no primeiro dia do mês seguinte à admissão.

O gráfico seguinte mostra a evolução do número de subscrições das modalidades desde 2009, quando foram criadas as atuais modalidades mutualistas.



Associados falecidos

Durante o ano faleceram 14 associados, a cuja memória o Conselho de Administração presta homenagem.

O quadro seguinte identifica os associados falecidos, os seus números de inscrição e as datas dos óbitos:

| ASSOCIADOS FALECIDOS EM 2019 | | | |
|--------------------------------------|------|-------------------------|---------------------|
| Nome | Nº | Categoria de Associado | Data do falecimento |
| Armando Marques de Carvalho | 119 | Efectivo | 10/04/2019 |
| Carlos Alberto Lopes de Carvalho | 131 | Efectivo | 02/10/2019 |
| Rogério Augusto Rodrigues | 230 | Efectivo | 08/10/2019 |
| Luís António Souto Guerra de Barros | 236 | Efectivo | 20/11/2019 |
| António Ferreira Marques | 468 | Efectivo | 20/07/2019 |
| Ruben Luís Tristão Carvalho Silva | 498 | Efectivo | 11/06/2019 |
| Manuel Jorge Souto de Sousa Veloso | 949 | Efectivo | 13/11/2019 |
| Jorge Conceição Jacinto | 1056 | Efectivo | 06/03/2019 |
| Maria de Lurdes Pinto Martinho Mota | 5023 | Familiar Cônjuge | 10/09/2019 |
| Isaura dos Santos Ferreira Nico Neto | 5379 | Familiar Ascendente | 29/12/2019 |
| Rui Humberto Ferreira Parracho | 5528 | Participante | 29/12/2019 |
| Rosa Maria Travanca Capucho | 6181 | Familiar Cônjuge | 14/06/2019 |
| Pedro Francisco Nunes | 6608 | Participante Ascendente | 09/01/2019 |
| Ruth Ursula Scholz | 6619 | Participante Ascendente | 02/04/2019 |

3. SAÚDE

As modalidades de Saúde da CASA DA IMPRENSA proporcionaram aos associados seus subscritores, em 2019, o acesso a 6906 consultas, exames e tratamentos e 41 internamentos em unidades hospitalares, mais 484 atendimentos (+7,5%) do que no ano anterior.

Daquele total, 45,4 por cento foram realizadas no posto clínico da associação; 10,2 por cento em pres-

tadores com *convénio* direto com a Casa da Imprensa (com *credencial*); e 44,4 por cento na rede Advancecare (com o *cartão de saúde*).

O quadro seguinte mostra a evolução desde 2009 do número de consultas, exames e tratamentos no âmbito das duas modalidades de Saúde (no caso da Rede Advancecare somente desde 2012, quando começou a ser distribuído o *cartão de saúde*).

CONSULTAS REALIZADAS EM REGIME AMBULATORIO (TODOS OS TIPOS DE ACESSO - 2009/2019)

| | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|--|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Consultas internas (Sede e Delegação) | 2 880 | 3 077 | 2 446 | 2 765 | 2 860 | 2 801 | 3 029 | 3 239 | 3 221 | 3 214 | 3 145 |
| Consultas externas (credenciais) | 1 402 | 1 399 | 1 408 | 1 191 | 996 | 898 | 868 | 738 | 698 | 684 | 703 |
| Rede Advancecare (cartão de saúde) (1) | | | | n.d. | n.d. | n.d. | 1 804 | 1 990 | 2 015 | 2 633 | 3 077 |
| TOTAL | 4 282 | 4 476 | 3 854 | 3 956 | 3 856 | 3 699 | 5 701 | 5 967 | 5 934 | 6 531 | 6 925 |

(1) O acesso à Rede Advancecare com o cartão de saúde só foi disponibilizado a partir de 2012

n.d. - Os dados estatísticos relativos ao acesso aos prestadores da Rede Advancecare só estão disponíveis a partir de 2015

Cuidados de Saúde Primários

Durante o ano, 1048 associados subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários tiveram pelo menos uma consulta ou pequena cirurgia no posto clínico da CASA DA IMPRENSA (Lisboa e Porto) ou solicitaram credenciais para exames, tratamentos e *consultas externas* (ao abrigo de *convénios*).

Pelo menos 714 associados utilizaram o *cartão de saúde* para acederem a consultas programadas ou de urgência e para exames e tratamentos em regime ambulatorio na Rede Advancecare.

No total, por estas vias de acesso (posto clínico, *convénios* e Rede Advancecare) foram realizadas pelo menos 6925 consultas, exames ou tratamentos em regime ambulatorio, mais 394 (+6,0%) que no ano anterior.

Por não serem subsidiadas nem darem direito a participações ou reembolsos, mas

apenas a preços mais favoráveis que os cobrados a pacientes particulares, não há registo estatístico de consultas, tratamentos ou outros cuidados de saúde prestados ou serviços adquiridos ao abrigo de *protocolos* ou *acordos*. Incluem-se neste grupo as consultas realizadas nas clínicas das associações mutualistas que integram a APM-RedeMut e, de modo geral, todas as situações em que, para acesso aos serviços ou para beneficiar de desconto, é suficiente a apresentação do cartão de associado da CASA DA IMPRENSA.

O quadro seguinte mostra o número de associados que tiveram pelo menos um atendimento no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários.

SERVIÇOS DE SAÚDE (MODALIDADE DE CUIDADOS DE SAÚDE PRIMÁRIOS)

| | Associados | | | | Consultas e tratamentos | | | |
|-----------------|------------|-------|-------|------|-------------------------|--------------|------------|-------------|
| | 2019 | 2018 | Dif.º | | 2019 | 2018 | Dif.º | |
| | | | N.º | % | | | N.º | % |
| Posto clínico | 1 048 | 1 019 | 29 | 2,8% | 3 145 | 3 214 | -69 | -2,1% |
| Convénios | | | | | 703 | 684 | 19 | 2,8% |
| Cartão de saúde | | | | | 714 | 630 | 84 | 13,3% |
| Total | | | | | 6 925 | 6 531 | 394 | 6,0% |

Consultas internas

Nos Serviços de Saúde da CASA DA IMPRENSA (Sede em Lisboa e Delegação do Porto), no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, realizaram-se

3145 consultas, menos 69 (-2,1%) do que em 2018.

O quadro junto mostra o número de consultas no posto clínico (Lisboa e Porto).

CONSULTAS INTERNAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

| CONSULTAS E CREDENCIAIS | Lisboa | | | | Porto | | | | Total | | | |
|-------------------------|-------------|-------------|------------|--------------|------------|------------|-----------|--------------|-------------|-------------|------------|--------------|
| | 2019 | 2018 | Dif.º | | 2019 | 2018 | Dif.º | | 2019 | 2018 | Dif.º | |
| | | | (N.º) | (%) | | | (N.º) | (%) | | | (N.º) | (%) |
| Clínica Geral | 1686 | 1749 | -63 | -3,6% | 259 | 290 | -31 | -10,7% | 1945 | 2039 | -94 | -4,6% |
| Outras Especialidades | 1143 | 1142 | 1 | 0,1% | 57 | 33 | 24 | 72,7% | 1200 | 1175 | 25 | 2,1% |
| Total | 2829 | 2891 | -62 | -2,1% | 316 | 323 | -7 | -2,2% | 3145 | 3214 | -69 | -2,1% |

A Medicina Geral e Familiar (ou Clínica Geral) foi a especialidade mais procurada, com um total (em Lisboa e Porto) de 1945 consultas, menos 94 (-4,6%) do que as realizadas no ano anterior.

Nas restantes especialidades (médicas e não médicas), realizaram-se 1200 consultas, mais 25 (+2,1%) do que no ano anterior.

Destas especialidades, a Dermatologia (240 consultas) foi

a mais procurada, seguindo-se a Oftalmologia (223) e a Psicologia (170).

Durante o ano estiveram disponíveis as especialidades de Medicina Geral e Familiar (Clínica Geral), Cirurgia Geral, Dermatologia, Ginecologia e Obstetrícia, Medicina Interna, Oftalmologia, Ortopedia, Otorrinolaringologia, Pediatria e Urologia. Além das especialidades médicas, realizaram-se também consultas de Psicoterapia e Nutrição. O preço das consultas internas manteve-se em 2019, sendo de 9,00 euros na especialidade de Medicina Geral e Familiar e de 15,00 euros nas restantes especialidades

Cirurgia de ambulatório

No posto clínico da associação foram feitas 52 pequenas cirurgias, mais 18 que no ano anterior. A maioria (41) fez-se no âmbito da consulta da especialidade de Dermatologia, na sede, em Lisboa.

médicas.

O preço das consultas de Psicoterapia baixou de 45,00 para 35,00 euros, passando a estar disponíveis consultas de Psicologia Clínica com o mesmo preço das consultas das especialidades médicas.

O preço das consultas de Nutrição manteve-se também em 15,00 euros.

Na Ginecologia e Obstetrícia mantiveram-se também os preços dos exames complementares de diagnóstico feitas no âmbito das consultas (20,00 euros no caso das ecografias e 15,00 euros nas citologias).

Os preços das pequenas cirurgias mantiveram-se, com o valor máximo de 90,00 por intervenção.

O quadro seguinte mostra o número de pequenas cirurgias realizadas durante o ano.

PEQUENAS CIRURGIAS - POSTO CLÍNICO (LISBOA E PORTO)

| ESPECIALIDADES | Lisboa | | | | Porto | | | | Total | | | |
|----------------|-----------|-----------|-----------|--------------|----------|----------|-----------|----------------|-----------|-----------|-----------|--------------|
| | 2019 | 2018 | Dif.ª | | 2019 | 2018 | Dif.ª | | 2019 | 2018 | Dif.ª | |
| | | | (N.º) | (%) | | | (N.º) | (%) | | | (N.º) | (%) |
| Total | 52 | 33 | 19 | 57,6% | 0 | 1 | -1 | -100,0% | 52 | 34 | 18 | 52,9% |
| Dermatologia | 41 | 24 | 17 | 70,8% | 0 | 1 | -1 | -100,0% | 41 | 25 | 16 | 64,0% |
| Outras | 11 | 9 | 2 | 22,2% | 0 | 0 | 0 | | 11 | 9 | 2 | 22,2% |

Consultas externas

Em regime ambulatório, além do posto clínico os Associados puderam recorrer aos serviços de prestadores de cuidados de saúde com os quais a CASA DA IMPRENSA tem *convénios, acordos* ou *protocolos de cooperação*. Durante o ano foram emitidas 703 *credenciais* para *consultas externas*, exames e tratamentos ao abrigo de *convénios*, ou seja, para a prestação de cuidados de saúde subsidiados pela associação ou tratamentos com médicos ou em estabelecimentos diretamente convencionados com a CASA DA IMPRENSA.

Em comparação com o ano anterior, foram mais 19 consultas (+2,9%).

A especialidade mais procurada continua a ser a Estomatologia, com 51,4% do total de credenciais emitidas a nível nacional. No Porto, o peso desta especialidade é ainda maior, atingindo 66,8% do total de credenciais emitidas pela Delegação (37,4% em Lisboa).

O preço das consultas externas manteve-se em 30,00 euros, no caso das especialidades não disponíveis no posto clínico da associação, ou 35,00 euros, quando também podem ser realizadas na CASA DA IMPRENSA.

O quadro seguinte indica o número de credenciais emitidas para prestadores de serviços de Lisboa e do Porto ao abrigo de *convénios*, por especialidade:

CONVÉNIOS - CONSULTAS EXTERNAS, EXAMES E TRATAMENTOS (LISBOA E PORTO)

| | Lisboa | | | | Porto | | | | Total | | | |
|--------------|------------|------------|------------|--------------|------------|------------|-----------|--------------|------------|------------|-----------|-------------|
| | 2019 | 2018 | Dif.ª | | 2019 | 2018 | Dif.ª | | 2019 | 2018 | Dif.ª | |
| | | | (N.º) | (%) | | | (N.º) | (%) | | | (N.º) | (%) |
| Total | 369 | 392 | -23 | -5,9% | 334 | 292 | 42 | 14,4% | 703 | 684 | 19 | 2,8% |

Rede Advancecare

Durante o ano, no âmbito da modalidade de Cuidados de Saúde Primários 769 associados tiveram acesso a cuidados de saúde em regime ambulatório na Rede Advancecare utilizando o *cartão de saúde* distribuído gratuitamente pela CASA DA IMPRENSA.

Com a utilização do *cartão de saúde* realizaram-se 3077 consultas, exames ou tratamentos, a que corresponderam 6812 atos médicos. Em comparação com o ano anterior, foram mais 64 associados (+9,1%), mais 444 consultas, exames ou tratamentos (+16,9%), e mais 1349 atos médicos (+24,7%).

Em regime ambulatório, na Rede Advancecare estão convencionados preços máximos para consultas programadas (€35,00), consultas domiciliárias (€35,00) e

consultas em serviços de atendimento permanente ou de urgência (€50,00).

Em todos os demais atos médicos e na prestação de serviços em geral, incluindo a Estomatologia, meios auxiliares de diagnóstico e terapêutica (MCDT) e próteses ou ortóteses, a utilização do cartão permite apenas o acesso à rede aos preços convencionados diretamente entre cada prestador de serviços e a Advancecare, sem a participação da CASA DA IMPRENSA.

O quadro seguinte (*pág. 11*) mostra o número de associados, de consultas, exames e tratamentos e de atos médicos na Rede Advancecare em regime ambulatório e no âmbito das modalidades de Cuidados de Saúde Primários (CSP) e de Internamento Hospitalar.

ACESSO À REDE ADVANCECARE EM REGIME AMBULATÓRIO

| Associados | | | | Consultas | | | | Atos médicos | | | |
|------------|------|--------|-------|-----------|-------|--------|-------|--------------|-------|--------|-------|
| 2019 | 2018 | Difª | | 2019 | 2018 | Difª | | 2019 | 2018 | Difª | |
| | | (Nº) | (%) | | | (Nº) | (%) | | | (Nº) | (%) |
| 769 | 705 | 64 | 9,1% | 3 077 | 2 633 | 444 | 16,9% | 6 812 | 5 463 | 1 349 | 24,7% |

Serviço de Assistência Médica Noturna

Em abril a CASA DA IMPRENSA abriu aos associados a subscrição do serviço de Assistência Médica Noturna da RedeMut/APM — Associação Portuguesa de Mutualidades.

O serviço dá acesso a consultas de Medicina Geral ao domicílio, a aconselhamento médico telefónico e ao transporte ao hospital de residência.

As consultas domiciliárias realizam-se nos dias úteis entre as 20:00 e as 07:00 horas e 24 horas por dia aos fins de semana e feriados nacionais, com o preço de

20,00 euros.

O transporte ao hospital é gratuito em caso de emergência e mediante indicação decorrente da consulta domiciliária.

O aconselhamento médico telefónico também é gratuito e está disponível durante 24 horas por dia, todos os dias do ano.

A adesão ao serviço é gratuita, mas obriga a uma subscrição prévia através de formulário disponível na página da CASA DA IMPRENSA na internet.

Internamento hospitalar

No âmbito da modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registaram-se 41 casos de hospitalização para cirurgias e tratamentos, num total de 55 atendimentos que tiveram assistência hospitalar coberta pela CASA DA IMPRENSA.

A modalidade garantiu também o atendimento de 78 associados em 107 consultas, exames e sessões de tratamento em ambiente hospitalar, mas em regime ambulatório.

Em comparação com 2018, foram atendidos mais quatro associados (+5,4%), mas diminuiu o número de internamentos, com menos cinco casos (-10,9%).

Nos termos do Regulamento de Benefícios, não há limites de idade nem exclusões por patologias ou histórico clínico.

A modalidade de Internamento Hospitalar garante a comparticipação até 100 por cento dos custos de internamento e honorários médicos até ao limite de 15 mil euros por ano (a preços convencionados), cabendo ao associado o pagamento de uma franquia de 250 euros. Nos partos, como na interrupção da gravidez, o limite de cobertura é de 2500 euros.

O número médio de subscritores da modalidade aumentou 5,2 por cento relativamente ao ano anterior.

4. AÇÃO SOCIAL

O nível de atividade dos Serviços Sociais estabilizou em 2019 relativamente aos anos anteriores.

Os Serviços Sociais mantiveram contactos com entidades externas, principalmente serviços públicos e instituições privadas de solidariedade social (IPSS), tendentes à satisfação de necessidades sentidas pelos beneficiários do Fundo de Ação Social (FAS), associados ou não na CASA DA IMPRENSA, sendo realizadas 161 entrevistas presenciais com candidatos a apoios sociais (140 em 2018) e 92 visitas domiciliárias (85 no ano anterior), das quais 21 em residências assistidas (lares de idosos) e centros de dia (20 em 2018).

Os Serviços Sociais tiveram o apoio do corpo clínico e dos Serviços Gerais da CASA DA IMPRENSA na sinalização e encaminhamento de situações de vulnerabilidade e solicitaram a colaboração de entidades externas, de carácter público, privado e social, em 110 contactos realizados com entidades externas (93 no ano anterior). Foram mantidos contactos, nomeadamente, com diversos serviços regionais da Segurança Social e da Cruz Vermelha Portuguesa, com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, serviços de Saúde Pública (centros de sa-

úde e hospitais) e serviços sociais de órgãos autárquicos. Foram solicitados apoios e adquiridos serviços de centros de dia, lares de idosos e empresas prestadoras de serviços de apoio domiciliário.

Destes contactos resultou também o encaminhamento de 22 beneficiários do FAS para a Segurança Social, lares de idosos e centros de dia.

Por proposta dos Serviços Sociais foram atribuídos 11 prestações complementares periódicas (13 em 2018) e três subsídios pontuais (cinco no ano anterior) para, nos termos do Regulamento do Fundo de Ação Social (FAS), responder a situações de risco social agravado, nomeadamente em situações de doença, desemprego, deficiência, morte ou grave desajustamento psicossocial.

O valor dos subsídios eventuais atribuídos foi de 19.878,80 euros (21.943,00 em 2018).

Com o apoio do FAS foram comparticipados exames complementares de diagnóstico não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, mas que os médicos da CASA DA IMPRENSA consideraram indispensáveis para um correto diagnóstico dos pacientes.

Foram igualmente comparticipadas despesas relativas

ao tratamento de doenças de alto risco e alto custo e comparticipadas despesas de saúde de beneficiários com insuficiência económica.

O valor destes apoios totalizou o montante de 9359,68 euros (13.190,02 euros no na anterior).

O quadro junto sintetiza os apoios do FAS relativos a subsídios eventuais e despesas de saúde.

Todos os apoios concedidos foram instruídos e propostos pelos Serviços Sociais, nos termos regulamentares, e, com a exceção da comparticipação

de quotas das modalidades de saúde (*ver adiante*) e de despesas relativas a exames complementares de diagnóstico e ao tratamento de doenças consi-

SUBSÍDIOS CONCEDIDOS PELO FUNDO DE AÇÃO SOCIAL

| Ação do FAS | 2019 | | 2018 | |
|--|--------------|--------------------|--------------|--------------------|
| | Benef. (N.º) | Valor | Benef. (N.º) | Valor |
| Subsídios mensais atribuídos | 11 | 19 878,80 € | 13 | 21 943,00 € |
| Subsídios pontuais atribuídos | 3 | 522,40 € | 5 | 963,75 € |
| Subsídios em isenções em cuidados de saúde | 10 | 5 367,00 € | 10 | 7 275,40 € |
| Comparticipações em MCDT (meios complementares de diagnóstico e terapêutica) | 27 | 3 992,68 € | 35 | 5 914,62 € |
| Total a fundo perdido | 51 | 29 760,88 € | 63 | 36 096,77 € |
| Subsídios reembolsáveis | 1 | 9 900,00 € | 1 | 1 146,00 € |

deradas de alto risco ou alto custo, atenderam à condição de recursos dos requerentes, em processos com caráter reservado.

Subsídio de nascimento, bolsas de estudo e subsídio por morte

Em 2019 foram pagos quatro subsídios de parentalidade, no valor global de 1000,00 euros, um decréscimo relativamente aos 12 subsídios, no valor global de 3000,00 euros pagos no ano anterior.

O subsídio de parentalidade, criado na revisão do Regulamento de Benefícios de 2015, é pago aos associados com pelo menos dois anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA pelo nascimento de um filho.

Também no âmbito da Solidariedade Associativa foram atribuídas seis bolsas de estudo (menos uma do que em 2018), com o valor individual de 750 euros (4500,00 euros no total).

As bolsas de estudo são pagas a associados com pelo menos dois anos de inscrição e com pelo menos três filhos menores de 18 anos a frequentar o ensino obrigatório ou o ensino superior.

Tal como no ano anterior, não foi pago qualquer subsídio de acidentes pessoais.

Nos termos do Regulamento de Benefícios, o subsídio de acidentes pessoais é pago em caso de morte ou invalidez absoluta e definitiva causadas por acidente de um associ-

ado com idade até aos 70 anos e que tenha pelo menos dois anos de inscrição na CASA DA IMPRENSA.

No âmbito da modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) foram pagos quatro subsídios, no valor global de 4000,00 euros, aos herdeiros legais ou beneficiários designados de subscritores da modalidade que faleceram.

Desde a revisão do Regulamento de Benefícios de 2015, o valor do subsídio por morte nesta modalidade é de 1000,00 euros.

Durante o ano foi feito o resgate de uma subscrição. Nos termos do Regulamento de Benefícios o resgate (no valor de 90% das reservas matemáticas) é pago aos subscritores com mais de 80 anos que o solicitem.

O quadro seguinte sintetiza a informação sobre o número de subsídios atribuídos no âmbito da Solidariedade Associativa e da modalidade de Capital Pagável por Morte e respetivos valores.

SUBSÍDIOS DE PARENTALIDADE, BOLSAS DE ESTUDO E SUBSÍDIOS POR MORTE

| Subsídios atribuídos | 2019 | | 2018 | | Difª | | |
|----------------------|-----------|--------------------|-----------|--------------------|------------|--------------------|---------------|
| | N.º | Valor (€) | N.º | Valor (€) | N.º | Valor (€) | (%) |
| Parentalidade | 4 | 1 000,00 € | 12 | 3 000,00 € | -8 | -2 000,00 € | -66,7% |
| Bolsas de estudo | 6 | 4 500,00 € | 7 | 5 250,00 € | -1 | -750,00 € | -14,3% |
| Acidentes pessoais | 0 | 0,00 € | 0 | 0,00 € | 0 | 0,00 € | |
| Morte (CPM) | 4 | 4 000,00 € | 6 | 6 000,00 € | -2 | -2 000,00 € | -33,3% |
| Resgates (CPM) | 1 | 735,69 € | 0 | 0,00 € | 1 | 735,69 € | |
| Total | 15 | 10 235,69 € | 25 | 14 250,00 € | -10 | -4 014,31 € | -28,2% |

Comparticipação de quotas

Conforme previsto no respetivo Regulamento, o Fundo de Ação Social (FAS) comparticipou o pagamento de quotas das modalidades de Saúde dos familiares de associados efetivos (jornalistas).

A comparticipação é de 100 % do valor da quota para os descendentes dependentes do associado efetivo (filhos ou equiparados) e de 50 % no caso de cônjuges ou

ascendentes dependentes, no máximo de dois familiares por cada associado efetivo.

Também são comparticipadas em 100 por cento as quotas das modalidades de saúde dos associados efetivos em situação de desemprego (por um período máximo de 12 meses), dos beneficiários do Fundo Autó-

nomo de Subsídio Complementar (FASC) e dos cônjuges sobreviventes de associados efetivos, neste caso quando o seu rendimento é inferior a duas vezes o valor do salário mínimo nacional.

Em 2019, beneficiaram da comparticipação de quotas 800 subscritores da modalidade de Cuidados de Saúde Primários e 485 do Internamento Hospitalar.

O valor das comparticipações em 2019 ascendeu a 76 966,50 euros, menos 1393,50 euros (-1,8%) do que no ano anterior. Do montante global referido, 45 393,00 euros respeitam a comparticipação de quotas da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (3,00 euros/mês) e 31 573,50 euros à modalidade de

Internamento Hospitalar (3,50 euros/mês).

Em 15 de outubro de 2019 a Assembleia Geral decidiu, por proposta do Conselho de Administração, suspender a atribuição de comparticipações em novas inscrições de associados ou em novas subscrições das modalidades, sem prejuízo das situações já constituídas.

A suspensão vigora até à adequação do Regulamento do FAS aos novos Estatutos e Regulamento de Benefícios, aprovados na mesma reunião extraordinária da Assembleia geral e que aguardam o necessário registo na Direção Geral de Segurança Social para entrarem em vigor.

Pensões complementares de reforma e sobrevivência (FASC)

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC) pagou pensões de reforma e sobrevivência no valor global de 29 008,00 euros, um decréscimo de 592,00 euros (-2,0%) relativamente ao ano anterior (29.600,00 euros).

Beneficiam do FASC, exclusivamente, como grupo fechado, os pensionistas de reforma e sobrevivência do regime geral de segurança social referidos no instrumento de integração do Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas na CASA DA IMPRENSA, em 1992.

O valor atual do subsídio por morte pago no âmbito do FASC é de 2493,99 euros. As pensões complementares de reforma e de sobrevivência estão fixadas em 148,00

PENSÕES COMPLEMENTARES DE REFORMA E PENSÕES DE SOBREVIVÊNCIA

| Pensões e subsídios | 2019 | | 2018 | | Dif.ª | | | |
|--|-----------|--------------------|-----------|--------------------|-----------|--------------|------------------|--------------|
| | N.º | Valor | N.º | valor | N.º | (%) | Valor | (%) |
| Pensões pagas | | | | | | | | |
| P. compl. de reforma (jornalistas) | 5 | 10 360,00 € | 6 | 10 952,00 € | -1 | -16,7% | -592,00 € | -5,4% |
| P. de sobrevivência (cônjuges sobreviventes) | 15 | 18 648,00 € | 15 | 18 648,00 € | 0 | 0 | 0,00 € | 0 |
| Pensões a pagar | | | | | | | | |
| P. de sobrevivência (cônjuges sobreviventes) | 1 | 1 243,20 € | 1 | 1 243,20 € | 0 | 0 | 0,00 € | 0 |
| Total | 21 | 30 251,20 € | 22 | 30 843,20 € | -1 | -4,5% | -592,00 € | -1,9% |
| Subsídio por morte | | | 1 | 2 493,99 € | -1 | -100,0% | -2 493,99 € | -100,0% |

e 88,80 euros mensais, respetivamente.

O quadro junto sintetiza a informação relativa ao pagamento de pensões e subsídios no âmbito do FASC.

5. ATIVIDADE ASSOCIATIVA

No plano associativo, a prioridade da ação desenvolvida pelo Conselho de Administração em 2019 foi para a preparação das alterações aos Estatutos e ao Regulamento de Benefícios, que foram aprovados em reunião extraordinária da Assembleia Geral a 15 de outubro, a reunião mais concorrida realizada pelo menos desde 2009.

Por iniciativa do Conselho de Administração, em junho realizou-se uma reunião do Conselho Geral, desdobrada em duas sessões, nas quais foram apresentadas e debatidas as propostas de alteração aos Estatutos e, no âmbito da revisão do Regulamento de Benefícios, a proposta de criação da modalidade de Previdência-Reforma.

Em setembro e outubro, o Conselho de Administração

promoveu a realização de quatro reuniões, abertas à participação de todos os associados, para o esclarecimento de dúvidas e debate das propostas.

Todas estas reuniões foram precedidas por outra realizada em setembro de 2018, na qual o Conselho de Administração apresentou as propostas para a alteração dos benefícios da Solidariedade Associativa e das modalidades de Saúde.

Os novos Estatutos foram aprovados por 88 votos a favor e cinco abstenções e o Regulamento de Benefícios por unanimidade. Ambos aguardam o registo na Direção Geral de Segurança Social, necessário para que possam entrar em vigor.

Ainda no plano associativo, em abril foi lançado o novo *website* da Casa da Imprensa.

6. INICIATIVAS CULTURAIS

A atividade cultural da CASA DA IMPRENSA em 2019 baseou-se, principalmente, na organização de iniciativas em parceria com outras entidades da área dos *media*. No Salão Nobre da sede, em Lisboa, foram organizadas

duas exposições de fotografia, a mais concorrida das quais relativa ao *Prémio Estação Imagem 2019* que, como aconteceu na edição anterior, em 2018, foi inaugurada em setembro, no âmbito da *Bairro das Artes*,

uma iniciativa que se desdobrou em múltiplos eventos em cerca de meia centena de espaços, para marcar a *rentrée* cultural na Sétima Colina de Lisboa.

Antes, de 25 de julho a 5 de setembro, o Salão Nobre acolheu outra exposição de fotografias igualmente produzida pela associação cultural Estação Imagem sobre a tragédia que varreu o centro de Moçambique em março.

A exposição *Resistir ao Idai* reuniu trabalhos de nove fotojornalistas portugueses de diferentes órgãos de comunicação social portugueses enviados a Moçambique.

Durante o ano a CASA DA IMPRENSA acolheu e em alguns casos coorganizou diversos debates e *workshops* sobre

comunicação e jornalismo e apoiou a apresentação de livros sobre estas temáticas.

No âmbito de um protocolo de cooperação com o Clube de Jornalistas, a CASA DA IMPRENSA mantém o apoio à distribuição da revista “Jornalismo e Jornalistas”.

Em fevereiro CASA DA IMPRENSA firmou um acordo de cooperação com a ACCL – Associação das Colectividades do Concelho de Lisboa para a reedição a partir de 2020 da Grande Noite do Fado, tendo estabelecido acordos de princípio com a Câmara Municipal de Lisboa, seis juntas de freguesia da cidade e entidades patrocinadoras para a realização das provas eliminatórias e da gala final do concurso.

7. FINANÇAS

Resultados do exercício

As contas do exercício de 2019 evidenciam um resultado líquido negativo das modalidades mutualistas de 9100,11 euros, numa despesa global de 737 137,97 euros, um défice orçamental de 1,2 por cento.

O resultado apurado representa uma quebra de 24 731,22 euros (-158,2%) na comparação com o ano anterior, que teve um resultado positivo de 15 631,11 euros. Relativamente ao orçamento aprovado em Assembleia Geral, trata-se de um desvio desfavorável de 19 073,59 euros (-122,0%).

Este resultado respeita apenas às modalidades mutualistas (a Solidariedade Associativa e as modalidades de Cuidados de Saúde Primários, Internamento Hospitalar e Capital Pagável por Morte), já que os fundos autónomos (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes) têm tratamento separado (*ver pág. 19*).

O quadro seguinte indica o resultado líquido do exercício, comparado com o do ano anterior e com o orçamento aprovado em Assembleia Geral.

RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO (CASA DA IMPRENSA - ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA)

| Modalidades | 2019 | | 2018 | Difª | | Difª | |
|--------------|--------------------|-------------------|--------------------|---------------------|----------------|---------------------|----------------|
| | Real | Orç | Real | (1)-(3) | | (1)-(2) | |
| | (1) | (2) | (3) | (€) | (%) | (€) | (%) |
| Total | -9 100,11 € | 9 973,48 € | 15 631,11 € | -24 731,22 € | -158,2% | -19 073,59 € | -122,0% |

Proveitos e custos das modalidades mutualistas

O quadro seguinte (*ver pág. 15*) sintetiza a conta de exploração, ajustando os principais agregados à natureza e atividades da CASA DA IMPRENSA e permitindo a comparação com o exercício anterior.

Os rendimentos e ganhos respeitantes às atividades mutualistas totalizaram 728 037,86 euros, que compararam com 742 167,54 euros apurados em 2018, um decréscimo de 14 129,68 euros (-1,9%).

Os gastos e perdas aumentaram 10 601,54 euros (+1,5%), passando de 726 536,43 euros em 2018 para 737 137,97 euros.

As quotas e as joias de inscrição totalizam 322 674,65 euros, o equivalente a 44,3 por cento do total de rendimentos e ganhos. Parte deste valor é compartilhado pelo FAS (*ver pág. 12*), o que reduz a contribuição efetiva dos associados para 33,7 por cento (43,3% contando com o pagamento de credenciais para consultas externas).

As receitas da quotização tiveram um crescimento de 3,3 % e o valor das credenciais (69 735,88 euros) subiu

3,5%. Estas diferenças deveram-se ao aumento do número de associados, já que o valor das quotas se mantém inalterado desde 2009 e o preço das consultas, que baixou em 2015, também não foi revisto.

Os custos diretos dos benefícios das modalidades mutualistas equivalem a 43,7 por cento do total de gastos e perdas. Em 2019 ascenderam a 321 841,40 euros, um aumento de 1759,74 euros (+0,5%) relativamente ao ano anterior (320 081,66 euros).

Daquele total, 10 235,69 euros (menos 28,2% do que no ano anterior) respeitam a subsídios de nascimento, bolsas de estudo, subsídio de acidentes pessoais e subsídios por morte pagos pelas modalidades de Solidariedade Associativa (SA) e Capital por Morte (CPM); 183 338,52 euros (57,0% do total dos custos diretos) correspondem a custos da modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP); e 107 551,36 euros (33,4%) foram imputados à modalidade de Internamento Hospitalar (IH).

Os proveitos comuns totalizaram 335 627,33 euros (46,1% do total de rendimentos e ganhos), sendo o

maior contributo o que corresponde à conta “outros rendimentos e ganhos” (185 989,55 euros) na qual se incluem os rendimentos prediais (153 451,94 euros).

O segundo maior contributo vem da “prestação de serviços”, uma transferência do Fundo de Ação Social no valor de 140 501,25 euros e que corresponde a 19,3 por cento do total de rendimentos e ganhos.

Os custos comuns correspondem a 56,3 por cento do total de gastos, tendo aumentado de 406 454,77 euros em 2018 para 415 296,77 euros (+2,2%).

Os custos comuns mais significativos são os relativos a pessoal, que tiveram um acréscimo de 0,8 por cento, para 200 562,99 euros, e aos fornecimentos e serviços externos (121 809,67 euros, uma redução de 4,7%).

Em conjunto, a quebra dos rendimentos prediais (menos 5023,71 euros) e o registo de imparidades, um custo de 7315,00 euros (*ver pág. 18*) tiveram um impacto no saldo anual de 12 338,71 euros. Estes dois fatores, de natureza conjuntural, explicam o resultado líquido do exercício de 9100,11 euros negativos.

A imputação dos proveitos e custos comuns às modalidades mutualistas é feita na proporção dos proveitos e custos diretos, isto é, acompanha o esforço dos associados, de modo a evitar a subsídio de umas modalidades pelas outras e a garantir a autonomia técnica e financeira de cada uma delas, de acordo com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

PROVEITOS E CUSTOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

| | 2019 | 2018 | Dif ^a | |
|--|---------------------|---------------------|---------------------|----------------|
| | | | (€) | (%) |
| Proveitos diretos das modalidades mutualistas | 392 410,53 € | 379 766,66 € | 12 643,87 € | 3,3% |
| Quotizações e jóias | 322 674,65 € | 312 363,20 € | 10 311,45 € | 3,3% |
| Credenciais e Senhas de consulta (CSP) | 69 735,88 € | 67 403,46 € | 2 332,42 € | 3,5% |
| Provisões específicas do sector (CPM) | 0,00 € | 0,00 € | 0,00 € | |
| Proveitos comuns | 335 627,33 € | 362 400,88 € | -26 773,55 € | -7,4% |
| Vendas | 41,23 € | 11,23 € | 30,00 € | 267,1% |
| Prestações de serviços | 140 501,25 € | 149 386,28 € | -8 885,03 € | -5,9% |
| Subsídios, doações e legados | 220,00 € | 4 883,00 € | -4 663,00 € | -95,5% |
| Outros rendimentos e ganhos | 185 989,55 € | 197 858,64 € | -11 869,09 € | -6,0% |
| Juros e outros rendimentos similares | 8 875,30 € | 10 261,73 € | -1 386,43 € | -13,5% |
| Total de rendimentos e ganhos | 728 037,86 € | 742 167,54 € | -14 129,68 € | -1,9% |
| Custos diretos das modalidades mutualistas | 321 841,40 € | 320 081,66 € | 1 759,74 € | 0,5% |
| Subsídios e bolsas de estudo (CPM + SA) | 10 235,69 € | 14 250,00 € | -4 014,31 € | -28,2% |
| Prestações a associados das mutualidades (IH) | 107 551,36 € | 105 988,92 € | 1 562,44 € | 1,5% |
| Prestações pecuniárias cuidados de saúde (CSP) | 183 338,52 € | 181 535,03 € | 1 803,49 € | 1,0% |
| Outros custos inerentes a associados (CSP+IH) | 15 532,14 € | 14 147,52 € | 1 384,62 € | 9,8% |
| Provisões específicas do sector (CPM) | 5 183,69 € | 4 160,19 € | 1 023,50 € | 24,6% |
| Custos comuns | 415 296,57 € | 406 454,77 € | 8 841,80 € | 2,2% |
| Custo das vendas | 37,92 € | 7,14 € | 30,78 € | 431,1% |
| Fornecimentos e serviços externos | 121 809,67 € | 127 815,48 € | -6 005,81 € | -4,7% |
| Custos com o pessoal | 200 562,99 € | 198 918,29 € | 1 644,70 € | 0,8% |
| Gastos de depreciação e amortização | 82 821,69 € | 76 448,10 € | 6 373,59 € | 8,3% |
| Perdas por imparidade | 7 315,00 € | 0,00 € | 7 315,00 € | |
| Outros gastos e perdas | 2 749,30 € | 3 265,76 € | -516,46 € | -15,8% |
| Total de gastos e perdas | 737 137,97 € | 726 536,43 € | 10 601,54 € | 1,5% |
| Resultado Líquido | -9 100,11 € | 15 631,11 € | -24 731,22 € | -158,2% |

Evolução dos custos e proveitos das modalidades mutualistas

Desde a adoção em 2009 do atual modelo estatutário, com a matriz do Código Mutualista de 1990, os rendimentos e ganhos das modalidades aumentaram 40,01 por cento, de 519 985,30 para 728 037,86 euros.

Os proveitos diretos (a receita das quotas e credenciais) passaram de 271 415,02 euros em 2009 para

392 410,53 euros em 2019, um aumento de 44,6 por cento.

Este aumento espelha o crescimento do número de associados (+21,2%) e das subscrições da modalidade de Internamento Hospitalar. A subscrição desta modali-

dade duplica o valor da quota individual de um associado e o número de subscrições teve um aumento de 198,2 por cento.

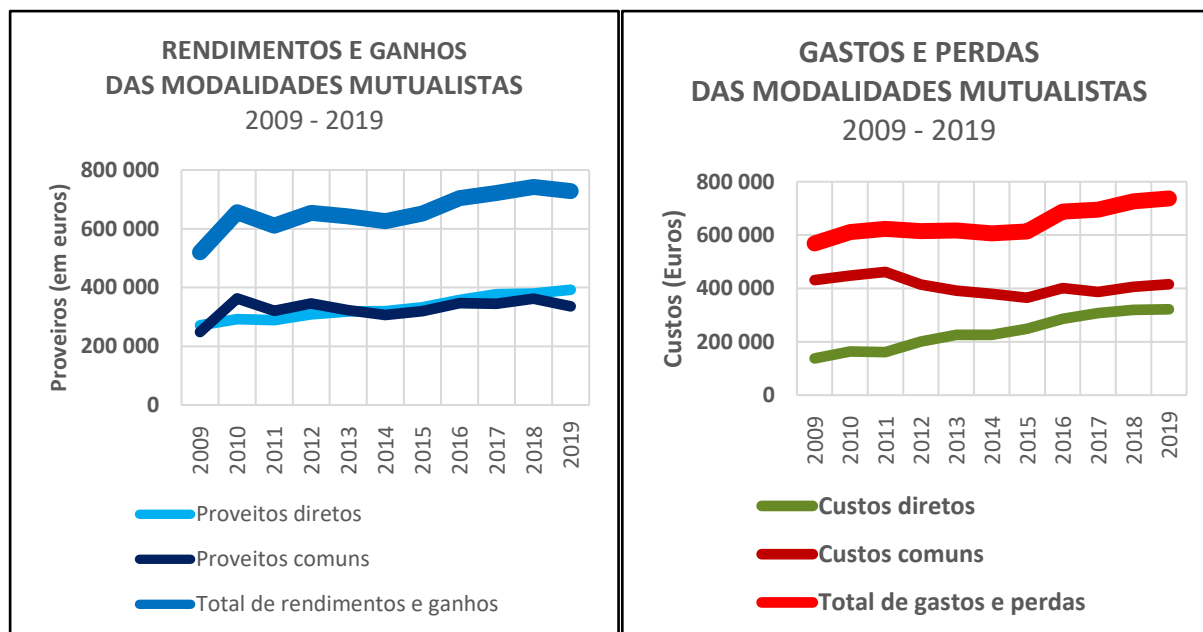
Os proveitos comuns (aqueles que não devem ser imputados exclusivamente a um serviço e são rateados pelas modalidades, como os rendimentos prediais e as transferências do FAS), aumentaram 35,0 por cento, passando de 248 570,28 em 2009 para 335 627,33 euros em 2019.

A variação maior nos rendimentos e ganhos respeita

aos rendimentos de imóveis, que mais que quintuplicaram, passando de 29 415,44 euros em 2009 para 153 451,94 euros em 2019 (+4217,0%).

Do lado dos gastos e perdas a tendência tem sido para o aumento dos custos diretamente ligados aos benefícios (prestadores de cuidados de saúde e seguros de saúde) e a para redução dos custos gerais.

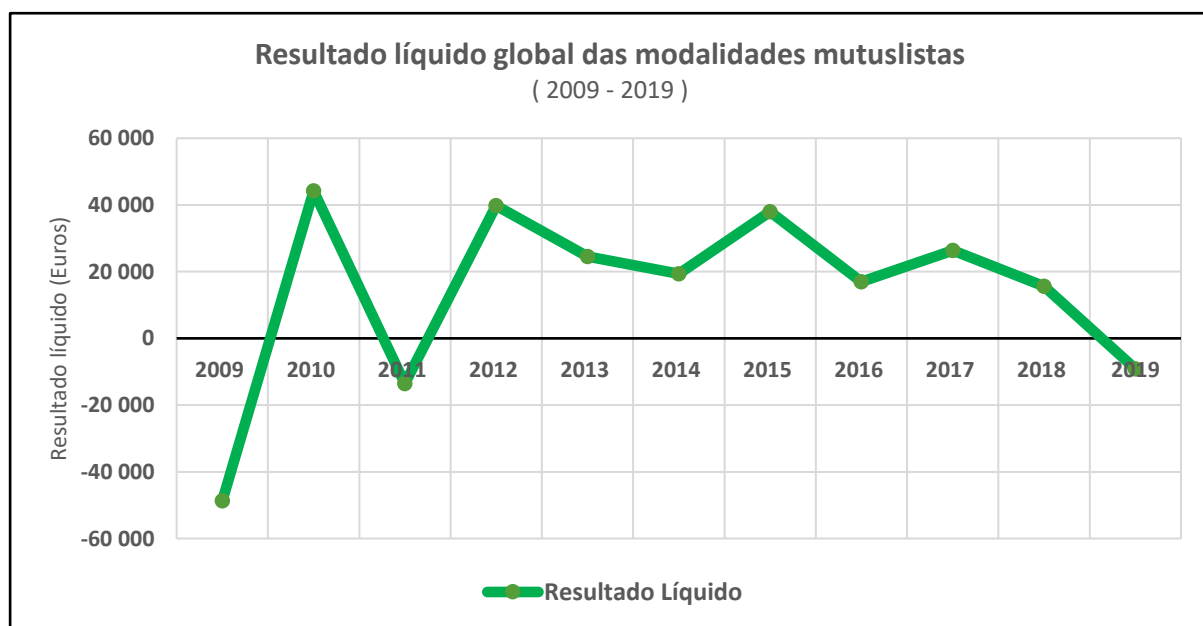
Os gráficos seguintes mostram a evolução em dez anos relativamente aos rendimentos e ganhos, aos gastos e perdas e aos resultados líquidos das modalidades mutualistas.



Resultados das modalidades mutualistas

O resultado líquido global negativo apurado em 2019 interrompe uma série de resultados positivos em todas as modalidades que se registava desde 2011.

O gráfico seguinte mostra a evolução do resultado líquido global das modalidades mutualistas entre 2009 e 2019.



O quadro seguinte (*pág. 17*) evidencia os resultados líquidos das modalidades mutualistas (Solidariedade

Associativa, Cuidados de Saúde Primários, Internamento Hospitalar e Capital por Morte) em 2019 e 2018.

RESULTADOS DAS MODALIDADES MUTUALISTAS

| Modalidades | 2019 | 2018 | Difª 2019/2018 | |
|-----------------------------|--------------------|--------------------|---------------------|----------------|
| | | | (€) | (%) |
| Solidariedade Associativa | 1 068,83 € | 6 760,48 € | -5 691,65 € | -84,2% |
| Cuidados de Saúde Primários | -3 799,93 € | 2 849,27 € | -6 649,20 € | -233,4% |
| Internamento Hospitalar | -6 624,79 € | 1 650,58 € | -8 275,37 € | -501,4% |
| Capitais por Morte | 255,78 € | 4 370,78 € | -4 115,00 € | -94,1% |
| Total | -9 100,11 € | 15 631,11 € | -24 731,22 € | -913,1% |

A Solidariedade Associativa (SA), que garante o pagamento de subsídios de nascimento, bolsas de estudo e de um subsídio por morte ou invalidez causadas por acidente e que suporta também todas as iniciativas não abrangidas no âmbito das modalidades sujeitas a subscrição, nomeadamente a cultura, teve um resultado líquido positivo de 1068,83 euros, que compara com os 6760,48 euros apurados em 2018 (-84,2%).

Os rendimentos e ganhos, provenientes da cobrança da joia de admissão (20,00 euros) e da quota associativa (1,00 euro/mês, paga por todos os associados), totalizaram 28 522,00 euros.

O total de gastos e perdas da modalidade ascendeu a 28.011,55 euros (26.391,05 euros em 2018), dos quais 5500,00 euros com o pagamento de subsídios de parentalidade e bolsas de estudo (8250,00 euros no ano anterior).

A 31 de dezembro o Fundo Próprio da modalidade apresentava um saldo de 82 965,93 euros (um acréscimo de 7,9 por cento relativamente aos 76 881,50 euros em 2018).

A modalidade de Cuidados de Saúde Primários (CSP), que suporta todos os benefícios da saúde em regime ambulatorio (isto é, sem internamento hospitalar e partos), teve um resultado líquido negativo de 3799,93 euros, que compara com o resultado positivo de 2849,27 euros apurado no ano anterior (-233,4%).

Os proveitos totais ascenderam a 453 872,47 euros, contra 457 382,94 euros em 2018, um decréscimo de 0,8 por cento.

As quotas, com o valor individual de €6,00/mês, geraram uma receita de 166 020,00 euros, mas o esforço efetivo dos associados foi de 120 627,00 euros, tendo em conta que o Fundo de Ação Social participou as quotas dos familiares dos associados efetivos com 45 393,00 euros (*gráfico na página seguinte*).

As credenciais para consultas custaram aos associados

69 735,88 euros (15,4% dos rendimentos totais da modalidade).

Depois das quotas, as maiores contribuições vêm dos rendimentos prediais imputados à modalidade, com 114 772,77 euros, e da prestação de serviços (Fundo de Ação Social), com 88 191,25 euros. Em conjunto estas duas rubricas cobrem 44,3 por cento da despesa total da modalidade (25,1% os rendimentos prediais e 19,3% a prestação de serviços).

O valor patrimonial do Fundo Próprio da modalidade de Cuidados de Saúde Primários, destinado a suportar benefícios futuros, era de 757 471,51 euros em 31 de dezembro, mais 2564,34 euros (+0,3%) do que os 754 907,17 euros do final de 2018.

A modalidade de Internamento Hospitalar (IH) registou um resultado líquido negativo de 6624,79 euros, menos 501,4 por cento do que os 1650,58 euros registados em 2018.

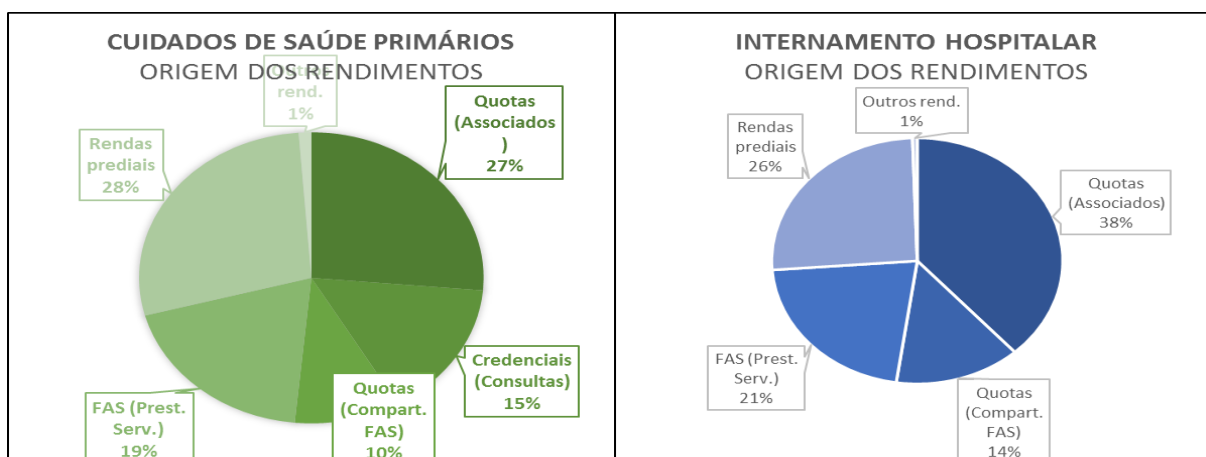
O crescimento do número de subscritores da modalidade fez aumentar a receita da quotização de 112 552,00 euros em 2018 para 117 901,00 euros em 2019, um crescimento de 4,8 por cento.

A origem dos rendimentos da modalidade está espelhada em gráfico na página seguinte.

O Fundo Próprio da modalidade apresentava em 31 de dezembro um valor patrimonial de 85 199,25 euros, mais 1,8 por cento do que no ano anterior.

Na modalidade de Capital Pagável por Morte (CPM) o resultado líquido apurado foi de 255,78 euros, que compara com os 4370,78 euros contabilizados em 2018. A diferença resulta principalmente da variação das reservas matemáticas, calculadas em estudo atuarial e tendo em conta o facto de terem ocorrido menos óbitos durante o ano.

Em 31 de dezembro o valor patrimonial do Fundo Permanente da modalidade era de 320 753,27 euros, mais 9117,39 euros (+2,9%) do que em 2018.



Resultados das modalidades de Saúde

No plano financeiro, as duas modalidades de Saúde registaram resultados negativos pela primeira vez desde 2011, com um défice conjunto de 10 424,72 euros. A modalidade de Cuidados de Saúde Primários teve um resultado negativo de 3799,93 euros, para uma despesa total de 457 672,41 euros (0,8%). A modalidade de Internamento Hospitalar teve um resultado negativo de 6624,79 euros, para uma despesa de 231 075,63 euros (um défice de -2,9%). Os resultados decaíram a partir de 2017 e tornaram

evidente a necessidade de correções estruturais para repor o equilíbrio técnico e financeiro das modalidades, factos para que o Conselho de Administração chamou a atenção nos debates em Conselho Geral e na Assembleia Geral que precederam (durante dois anos) a aprovação dos novos Estatutos e Regulamento de Benefícios, em outubro último. O quadro seguinte evidencia a evolução destes indicadores nos últimos oito anos, com o atual quadro de benefícios, atualizado em 2012 e 2015.

RESULTADOS DAS MODALIDADES DE SAÚDE

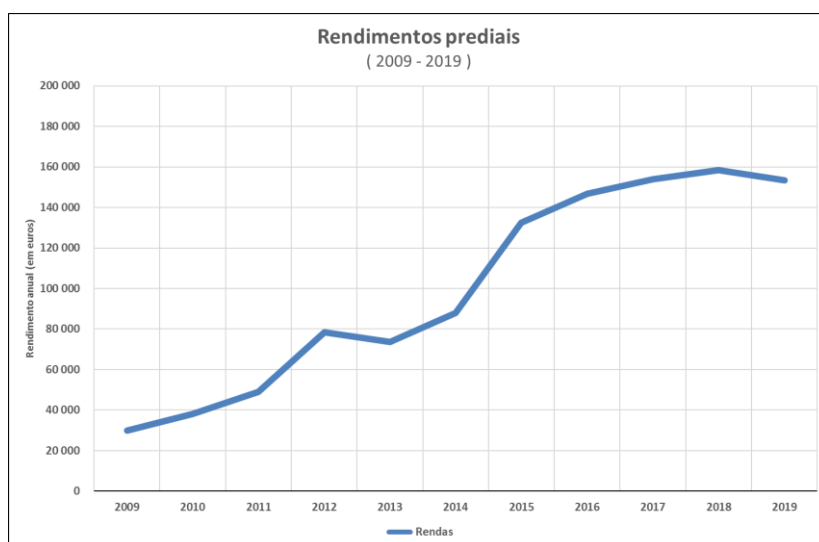
| | 2012 | 2013 | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018 | 2019 |
|-------------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|--------------------|--------------------|-------------------|-------------------|---------------------|
| Cuidados de Saúde Primários | 3 100,14 € | 6 340,80 € | 4 007,00 € | 31 857,94 € | 4 338,82 € | 1 027,93 € | 2 849,27 € | -3 799,93 € |
| Internamento Hospitalar | 10 226,97 € | 3 398,67 € | 2 726,77 € | 2 531,89 € | 8 968,37 € | 944,46 € | 1 650,58 € | -6 624,79 € |
| Total (Modalidades de Saúde) | 13 327,11 € | 9 739,47 € | 6 733,77 € | 34 389,83 € | 13 307,19 € | 1 972,38 € | 4 499,85 € | -10 424,72 € |

Imparidades

O Conselho de Administração decidiu proceder ao registo de imparidades relativas a dívidas vencidas respeitantes a contratos de arrendamento no prédio da Rua do Loreto (Lisboa).

Trata-se dívidas no montante global de 7315,00 euros e relativas aos anos de 2017 a 2019.

O valor das dívidas corresponde a 1,6 por cento do valor das rendas contabilizadas naqueles anos e a 0,9 por cento da receita arrecadada desde 2014, ano que foi realizada a reabilitação do prédio, que permitiu a celebração de novos contratos de arrendamento.



Nos seis anos decorridos desde então, o valor das rendas cobradas totaliza 832 699,32 euros.

O gráfico junto evidencia a evolução deste rendimento no período entre 2009 e 2019.

Fundos mutualistas

O valor global dos fundos próprios e permanentes das modalidades mutualistas era, em 31 de dezembro de 2019, de 1.246.389,96 euros, mais 19.251,68 euros

(+1,6%) do que os 1.227.138,28 euros em 2018. As variações de valores do Fundo de Solidariedade Associativa e dos fundos próprios das modalidades de

Cuidados de Saúde Primários e de Internamento Hospitalar refletem a aplicação de resultados do exercício de 2018 (90% dos saldos anuais respetivos, de acordo com os Estatutos).

No Fundo Permanente da modalidade de Capital Pagável por Morte, reflete também um ajustamento das

provisões matemáticas, de acordo com a análise atuarial, que determinou um custo de 5183,69 euros.

O quadro seguinte evidencia o valor contabilístico dos fundos mutualistas a 31 de dezembro de 2019 (antes da aplicação de resultados do exercício, cuja proposta é apresentada na *pág. 22*) e 31 de dezembro de 2018.

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS MUTUALISTAS

| | 2019 | 2018 | Dif. ^a | |
|--|-----------------------|-----------------------|--------------------|-------------|
| | | | (€) | (%) |
| Fundo de Solidariedade Associativa | 82 965,93 € | 76 881,50 € | 6 084,43 € | 7,9% |
| Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários | 757 471,51 € | 754 907,17 € | 2 564,34 € | 0,3% |
| Fundo Próprio de Internamento Hospitalar | 85 199,25 € | 83 713,73 € | 1 485,52 € | 1,8% |
| Fundo Permanente Capitais por Morte | 320 753,27 € | 311 635,88 € | 9 117,39 € | 2,9% |
| Total | 1 246 389,96 € | 1 227 138,28 € | 19 251,68 € | 1,6% |

Fundos autónomos

Em 2019 os três fundos autónomos sob gestão da CASA DA IMPRENSA tiveram globalmente um resultado líquido positivo de 144 399,80 euros, contra um resultado negativo de 128 364,49 euros registado no ano anterior.

O Fundo de Ação Social (FAS), que financia os apoios de carácter social em favor dos jornalistas e seus familiares, em alguns casos independentemente de serem associados da CASA DA IMPRENSA, teve um resultado líquido positivo (após encargos administrativos e financeiros e *despesa social*) de 154 919,02 euros. Em 2018 o FAS tinha apresentado um resultado líquido negativo de 133 357,07 euros.

O rendimento bruto gerado pelo fundo foi de 520 157,58 euros (3,50% do ativo), mais 82,8 por cento do que os 280 104,01 apurados no ano anterior. Os encargos administrativos e financeiros tiveram um decréscimo de 41 703,42 euros (-29,5%), passado de 141 553,53 em 2018 para 99 850,11 euros em 2019.

A rentabilidade líquida de comissões e outros encargos administrativos e financeiros foi de 2,83 por cento, que compara com valores entre 0,04 por cento e 5,23 por cento dos fundos de pensões com baixo risco comercializados em Portugal [nível 2 do indicador sintético de risco e remuneração (ISRR) adotado pela Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios (APFIPP)].

A *despesa social*, realizada ao abrigo do Regulamento do FAS, baixou 5,4 por cento, passando de 271 907,55 euros para 257 342,63 euros.

Deste valor, 140 501,25 euros correspondem a transferências para as modalidades mutualistas, a título de prestação de serviços (menos 5,9% do que no ano anterior) e 76 966,50 euros respeitam à comparticipação de quotas das modalidades de saúde (*ver pag. 12*). A

redução das transferências do FAS para as modalidades de Saúde visa aliviar gradualmente o esforço sobre o fundo, numa perspetiva de médio prazo.

A restante *despesa social* corresponde a subsídios eventuais (25 882,20 euros), comparticipação de despesas relativas a doenças consideradas de *alto risco e alto custo* ou a meios complementares de diagnóstico e terapêutica não comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde (3992,68 euros), bem como a uma dotação extraordinária a favor do Fundo Autónomo do Subsídio Complementar (FASC) no valor de 10.000,00 euros, conforme referido adiante nesta secção.

A despesa global (somatório dos encargos administrativos e financeiros com a *despesa social*) foi de 357 192,74 euros, menos 56 268,34 euros (-13,6%) do que em 2018 (413 461,08 euros).

O Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC), que suporta o pagamento de subsídios por morte e pensões complementares de reforma e de sobrevivência de um grupo fechado de beneficiários que transitou da Segurança Social para a CASA DA IMPRENSA em 1992, teve um resultado líquido negativo de 10 653,25 euros (4701,90 euros positivos em 2018).

Em dezembro, o Conselho de Administração aprovou uma dotação extraordinária do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC no valor de 10 000,00 euros, para reforço das provisões matemáticas.

O Fundo Norberto Lopes (FNL), que suporta os prémios de reportagem com o nome do seu instituidor, teve um resultado líquido de 134,03 euros (290,68 euros no ano anterior).

O quadro seguinte expõe os resultados líquidos dos três fundos autónomos no exercício de 2019.

RESULTADOS LÍQUIDOS DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

| Fundos | 2019 | 2018 | Dif. ^a | |
|--|---------------------|----------------------|---------------------|-----------------|
| | | | (€) | (%) |
| FAS - Fundo de Ação Social | 154 919,02 € | -133 357,07 € | 288 276,09 € | 216,17% |
| FASC - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar | -10 653,25 € | 4 701,90 € | -15 355,15 € | -326,57% |
| FNL - Fundo Norberto Lopes | 134,03 € | 290,68 € | -156,65 € | -53,89% |
| Total | 144 399,80 € | -128 364,49 € | 272 764,29 € | -212,49% |

Estrutura da carteira de aplicações financeiros do FAS

Em 31 de dezembro de 2019, o valor de mercado das aplicações financeiras do Fundo de Ação Social era de 15 108 119,71 euros.

Daquele total, 7 736 881,82 euros correspondiam a unidades de participação de 19 fundos de investimento internacionais cotados em bolsa (51,2%); 654 458,50 euros (4,3%) eram obrigações de empresas (portuguesas e estrangeiras); 469 844,00 euros (3,1%) correspondiam a títulos de dívida pública portuguesa; e 6 246 546,19 (41,3%) eram depósitos bancários.

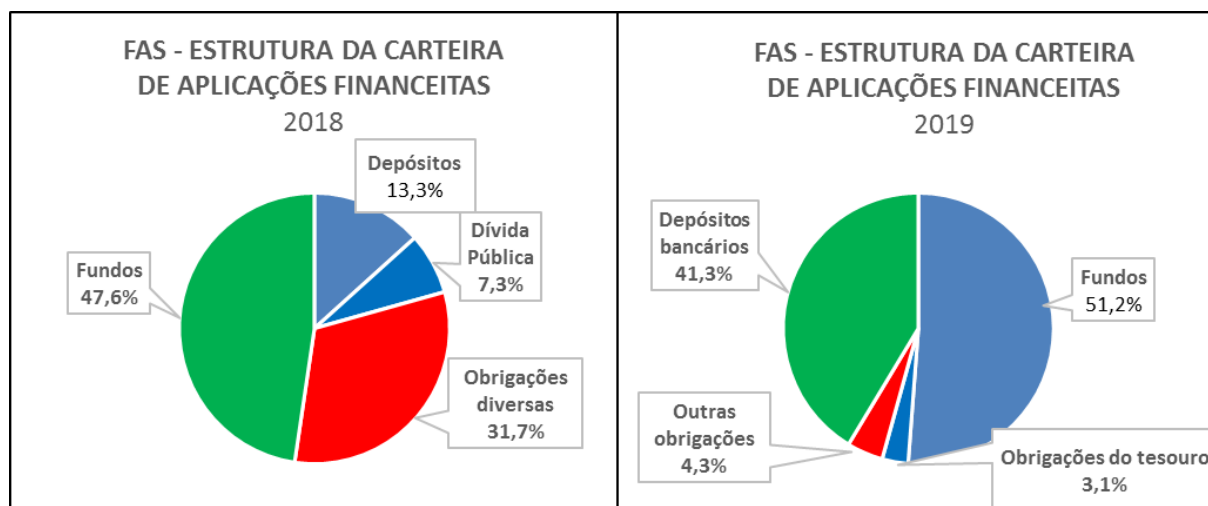
A recomposição da carteira de investimentos financeiros, antes toda constituída por depósitos bancários e

obrigações de rendimento fixo (Tesouro e empresas) começou no final de 2017 com a aplicação em fundos cotados.

No final de 2019 foi feito o resgate de obrigações para reforço da aplicação em fundos.

A CASA DA IMPRENSA tem contratos de aconselhamento com a Baluarte – Consultores de Investimento, Lda. e com a Caixa – Gestão de Ativos, SA. para a gestão da carteira de ativos financeiros do FAS.

Os gráficos seguintes mostram a estrutura da carteira em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2019.


Valor patrimonial dos fundos autónomos

Em 31 de dezembro de 2019 o valor patrimonial global dos três fundos autónomos sob gestão da Casa da Imprensa era de 15 259 348,25 euros, mais 137 038,87

euros (+0,9%) dos que os 15 122 309,38 euros registados no ano anterior.

O quadro seguinte individualiza os valores por fundo.

VALOR PATRIMONIAL DOS FUNDOS AUTÓNOMOS

| | 2019 | 2018 | Dif. ^a | |
|---|------------------------|------------------------|---------------------|-------------|
| | | | (€) | (%) |
| Fundo de Ação Social | 15 005 922,23 € | 14 851 003,21 € | 154 919,02 € | 1,0% |
| Fundo Autónomo de Subsídio Complementar | 215 808,21 € | 233 822,39 € | -18 014,18 € | -7,7% |
| Fundo Norberto Lopes | 37 617,81 € | 37 483,78 € | 134,03 € | 0,4% |
| Total | 15 259 348,25 € | 15 122 309,38 € | 137 038,87 € | 0,9% |

Movimentos entre fundos

O Conselho de Administração aprovou em dezembro uma dotação extraordinária de 10 000,00 euros do Fundo de Ação Social (FAS) em favor do FASC, o Fundo

Autónomo de Subsídio Complementar.

A dotação destinou-se a reforçar as provisões matemáticas e garantir a cobertura das responsabilidades

futuras com o pagamento de pensões complementares de reforma e pensões de sobrevivência do antigo

Fundo Especial de Segurança Social dos Jornalistas (FESSJ), integrado na CASA DA IMPRENSA em 1992.

Despesas de representação

A contabilidade registou um custo global em 2019 de 2133,13 euros relativo a despesas de representação, mais 248,46 euros (+33%) do que no ano anterior.

A despesa realizada pelo Conselho de Administração foi de 1248,58 euros (mais 228,78 euros do que

DESPESAS DE REPRESENTAÇÃO

| Despesas de Representação | 2019 | 2018 | | |
|-------------------------------|-------------------|-------------------|-----------------|--------------|
| Conselho de Administração | 1 284,58 € | 1 055,80 € | 228,78 € | 21,7% |
| APM/RedeMut | 279,00 € | 0,00 € | 279,00 € | |
| Outros Órgãos Sociais | 39,80 € | 196,13 € | -156,33 € | -79,7% |
| Deslocações Assistente Social | 529,75 € | 632,74 € | -102,99 € | -16,3% |
| Total | 2 133,13 € | 1 884,67 € | 248,46 € | 13,2% |

em 2018) e respeita exclusivamente a transportes e estacionamento de viaturas, que representam 60,0 por cento do total das despesas de representação.

Reavaliação de imóveis

Em 2019 não foi alterado o valor registado em Balanço relativo aos edifícios e terrenos da CASA DA IMPRENSA (sede, Delegação do Porto e prédio de rendimento da Rua do Loreto, em Lisboa).

De acordo com as disposições legais e as práticas contabilísticas usuais, em 2014 e 2017 foi feita a atualização do “justo valor” daqueles bens patrimoniais após a reabilitação do prédio da Rua do Loreto e da requalificação da sede. No conjunto, o valor atribuído aos imóveis aumentou para 7 920 000,00 (*ver quadro*).

O Conselho de Administração entende que, salvo se houver intervenções importantes nos prédios ou ocorrerem circunstâncias extraordinárias, incluindo variações drásticas do mercado imobiliário, não se justifica

REAVALIAÇÃO DE IMÓVEIS

| Imóveis | Sede (Lisboa) | | R. do Loreto (Lisboa) | | Delegação (Porto) | |
|--------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|---------------------|---------------------|
| | 2014 | 2017 | 2014 | 2017 | 2014 | 2017 |
| Terreno | 497 000,00 € | 740 000,00 € | 1 527 750,00 € | 2 280 000,00 € | 88 500,00 € | 111 000,00 € |
| Edifício | 923 000,00 € | 1 110 000,00 € | 2 837 250,00 € | 3 420 000,00 € | 206 500,00 € | 259 000,00 € |
| Total | 1 420 000,00 € | 1 850 000,00 € | 4 365 000,00 € | 5 700 000,00 € | 295 000,00 € | 370 000,00 € |

proceder a atualizações anuais, sendo suficiente uma periodicidade de três ou quatro anos.

As reavaliações, realizadas por perito certificado e inscrito na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), tiveram reflexo no Balanço (no ano em que foram feitas) e têm impacto na demonstração de resultados do exercício todos os anos com o aumento dos custos de depreciação.

Em 2019, com o cumprimento das normas contabilísticas legalmente previstas, estes custos aumentaram de 61 580,00 euros para 67 190,78 euros.

Consignação fiscal, doações e donativos

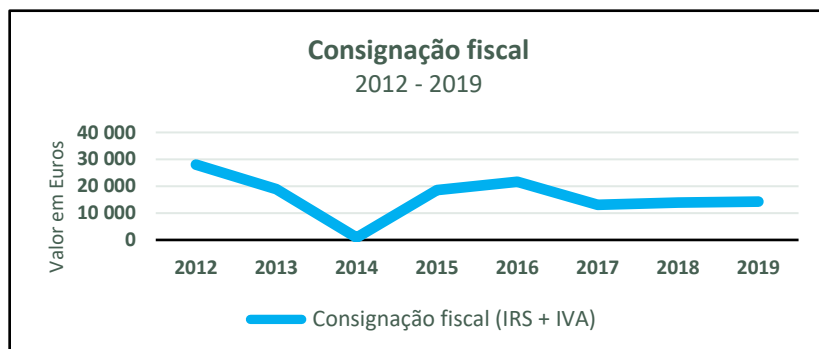
A CASA DA IMPRENSA recebeu 14 219,80 euros da consignação fiscal em 2019, mais 338,75 euros (+2,4%) do que no ano anterior.

Regista-se, com um agradecimento público, o ato solidário dos cidadãos contribuintes, associados e não associados, que escolheram a CASA DA IMPRENSA como

destinatária de 0,5% do imposto que o Estado arrecadou com a tributação dos seus rendimentos.

O montante recebido em 2019 respeita à liquidação do IRS sobre os rendimentos de 2017.

Desde 2012, primeiro ano em que pôde candidatar-se a beneficiar da consignação fiscal, a CASA DA IMPRENSA recebeu um total de 129.237,16 euros (*ver gráfico*).



Processos judiciais

A CASA DA IMPRENSA é parte em dois processos judiciais que correm no Tribunal Administrativo de Lisboa.

Um dos processos iniciou-se em 2016, quando a CASA DA IMPRENSA processou o Banco de Portugal e o Novo

Banco tendo em vista a anulação da deliberação do banco central, enquanto autoridade de resolução, de retransmitir para o Banco Espírito Santo as obrigações não subordinadas que em 2014, na primeira medida

de resolução do BES, tinham passado deste para o Novo Banco.

Ainda em 2016, o Novo Banco e o Banco de Portugal apresentaram a sua contestação pugnando pela improcedência da ação e a CASA DA IMPRENSA, no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, apresentou reclamação de créditos no valor de 300 mil euros, correspondentes ao montante investido em obrigações daquele banco.

Em 2017 foi marcada uma audiência prévia, para preparação da audiência de julgamento, antecedida de tentativa de conciliação, que pela natureza do tema é inviável.

Em 2018, por despacho de 23 de novembro, o processo foi suspenso até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado no âmbito de outras ações administrativas relacionadas com esta ação e que correm nos tribunais, situação que se manteve em 2019.

Em 2015 a CASA DA IMPRENSA já tinha criado uma provisão de 266 097 euros correspondente ao diferencial entre o valor de mercado então conhecido e o valor do investimento realizado em 2012 em obrigações do BES. Em 2018, dado que as obrigações atingiram a maturidade sem se ter verificado o seu reembolso, esta provisão foi reforçada para 100% do valor investido.

O reforço da provisão teve um custo de 31 749,00 euros nas contas do Fundo de Ação Social relativas ao

exercício de 2018.

Igualmente no Tribunal Administrativo de Lisboa corre os seus trâmites o processo relativo à dívida da Segurança Social à CASA DA IMPRENSA.

Conforme exposto em anteriores relatórios de gestão, em 2013 o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS) intentou uma ação contra a CASA DA IMPRENSA requerendo a restituição dum adiantamento que fez no ano 2000 por conta dum dívida que ainda não tinha liquidado, nem liquidou até agora, originada na cobrança do adicional de 1 por cento sobre a publicidade paga nos jornais diários, uma imposição legal que vigorou entre 1943 e 1998.

Por lei, competia ao IGFSS cobrar o adicional, que era depois transferido para a CASA DA IMPRENSA. As transferências foram interrompidas em 2009.

A CASA DA IMPRENSA não só não reconhece mérito na pretensão do IGFSS como continua a reclamar os 711 192,57 euros que ainda lhe são devidos.

O processo não conheceu qualquer desenvolvimento relevante em 2019, como nos cinco anos anteriores.

Em 31 de dezembro estavam ainda pendentes outros três processos em contencioso.

Ambas respeitam a ações executivas intentada pela CASA DA IMPRENSA para cobrança de uma dívida de 1456,60 euros e outra de 6134,87 euros, provenientes da falta de pagamento de rendas (*ver pág. 18*).

8. PRINCIPAIS INDICADORES

PRINCIPAIS INDICADORES

| | |
|---|-----------------|
| Nº de Associados | 2 312 |
| Nº médio de Trabalhadores | 8 |
| Total do Ativo | 24 889 686,10 € |
| Fundos | 969 683,25 € |
| Reservas | 19 541 199,79 € |
| Excedentes de revalorização de ativos | 3 167 999,36 € |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | 73 721,58 € |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | -9 100,11 € |
| Resultado líquido | -9 100,11 € |

9. AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração expressa público reconhecimento a todos quantos lhe dispensaram a sua colaboração e apoio – entidades públicas, privadas e da economia social –, destacando, nomeadamente:

- os demais órgãos associativos da CASA DA IMPRENSA, pelo acompanhamento do trabalho realizado;
- os membros do corpo clínico, dos Serviços de Sa-

úde e dos Serviços Sociais, pela dedicação e perseverança reiterada dia após dia;

- os trabalhadores e colaboradores da associação, pela sua disponibilidade e a sua dedicação à CASA DA IMPRENSA;

- todos quantos, associados ou não, designaram a CASA DA IMPRENSA como destinatária da consignação do IRS ou lhe destinaram donativos.

10. APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o saldo de negativo de 9100,11 euros da conta Resultados tenha a seguinte distribuição:

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

| | |
|--|-------------|
| Fundo de Solidariedade Associativa | 961,95 € |
| Fundo Próprio de Cuidados de Saúde Primários | -3 799,93 € |
| Fundo Próprio de Internamento Hospitalar | -6 624,79 € |
| Fundo Permanente Capitais por Morte | 230,20 € |
| Fundo de Reserva Geral | 132,46 € |

11. PROPOSTAS

O Conselho de Administração propõe:

1. *Um voto de louvor e reconhecimento às instituições e pessoas referidas no ponto 9 (pág. 22).*
2. *Um voto de profundo pesar pelo falecimento dos nossos associados:* Armando Marques de Carvalho, Carlos Alberto Lopes de Carvalho, Rogério Augusto Rodrigues, Luís António Souto Guerra de Barros,

António Ferreira Marques, Ruben Luís Tristão Carvalho Silva, Manuel Jorge Souto de Sousa Veloso, Jorge Conceição Jacinto, Maria de Lurdes Pinto Martinho Mota, Isaura dos Santos Ferreira Nico Neto, Rui Humberto Ferreira Parracho, Rosa Maria Travanca Capucho, Pedro Francisco Nunes e Ruth Ursula Scholz.

Lisboa, 10 de março de 2020

O Conselho de Administração

José Eduardo **Goulart Machado** (Presidente)

Carlos Manuel Leão Marques Lobato (Vogal)

José Manuel Fragoso dos Santos (Vogal)

Luísa Maria Melo Lopes (Vogal)

C.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RUBRICAS | NOTAS | DATAS | |
|---|--------------------|----------------------|----------------------|
| | | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| Ativo | | | |
| Ativo não corrente | | | |
| Ativos fixos tangíveis | 3.2.1 e 4 | 7 836 575,29 | 7 899 634,23 |
| Bens do património histórico e cultural | 3.2.1 e 4 | 62 324,80 | 62 324,80 |
| Ativos intangíveis | 3.2.2 e 5 | 2 112,35 | 187,92 |
| Investimentos financeiros | 3.2.3 e 14.2 | 338 000,00 | 338 000,00 |
| | | 8 239 012,44 | 8 300 146,95 |
| Ativo corrente | | | |
| Inventários | 3.2.4 e 6 | 20 353,83 | 20 391,75 |
| Estado e outros entes públicos | 3.2.11 e 14.3 | 3 052,75 | 3 131,28 |
| Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros | 3.2.5 e 10.1 | 4 536,70 | 4 729,29 |
| Diferimentos | 10.2 | 6 226,53 | 3 146,52 |
| Outros ativos correntes | 3.2.5, 10.2 e 14.2 | 15 786 070,59 | 15 667 763,94 |
| Caixa e depósitos bancários | 3.2.5 e 10.3 | 830 433,26 | 753 888,95 |
| | | 16 650 673,66 | 16 453 051,73 |
| Total do Ativo | | 24 889 686,10 | 24 753 198,68 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | | |
| Fundos patrimoniais | 3.2.6 e 14.1 | | |
| Fundos | | 969 683,25 | 955 615,26 |
| Reservas | | 19 541 199,79 | 19 395 236,87 |
| Resultados transitados | | 90 216,88 | 90 216,88 |
| Excedentes de revalorização | 4 | 3 167 999,36 | 3 167 999,36 |
| Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais | | 62 324,80 | 62 324,80 |
| | | 23 831 424,08 | 23 671 393,17 |
| Resultado líquido do período | | (9 100,11) | 15 631,11 |
| Total dos fundos patrimoniais | | 23 822 323,97 | 23 687 024,28 |
| Passivo | | | |
| Passivo não corrente | | | |
| Provisões específicas | 3.2.7 e 8 | 276 706,71 | 271 523,02 |
| | | 276 706,71 | 271 523,02 |
| Passivo corrente | | | |
| Fornecedores | 3.2.5 e 10.4 | 11 630,89 | 15 585,03 |
| Estado e outros entes públicos | 3.2.11 e 14.3 | 6 185,65 | 6 684,32 |
| Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros | 3.2.5 e 10.1 | 627,95 | 3 000,00 |
| Diferimentos | 10.5 | 735 435,39 | 734 779,22 |
| Outros passivos correntes | 3.2.5, 8 e 10.5 | 36 775,54 | 34 602,81 |
| | | 790 655,42 | 794 651,38 |
| Total do passivo | | 1 067 362,13 | 1 066 174,40 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | | 24 889 686,10 | 24 753 198,68 |

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Carlos Lobato (vogal)

José Fragoso (vogal)

Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RENDIMENTOS E GASTOS | NOTAS | PERÍODOS | |
|--|-------------|-------------------|------------------|
| | | 2019 | 2018 |
| Vendas e serviços prestados | 3.2.9 e 7 | 532 953,01 | 529 164,17 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 9 | 220,00 | 4 883,00 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | 6 | (37,92) | (7,14) |
| Fornecimentos e serviços externos | 7 | (121 809,67) | (127 815,48) |
| Gastos com o pessoal | 3.2.10 e 11 | (200 562,99) | (198 918,29) |
| Provisões específicas (aumentos/reduções) | 3.2.7 e 8 | (5 183,69) | (4 160,19) |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | 8 | (7 315,00) | 0,00 |
| Outros rendimentos | 3.2.9 e 7 | 194 864,85 | 208 120,37 |
| Outros gastos | 7 | (319 407,01) | (319 187,23) |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | | 73 721,58 | 92 079,21 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | 4 e 5 | (82 821,69) | (76 448,10) |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | | (9 100,11) | 15 631,11 |
| Resultado antes de impostos | | (9 100,11) | 15 631,11 |
| Imposto sobre o rendimento do período | 3.2.8 | | |
| Resultado líquido do período | | (9 100,11) | 15 631,11 |

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Carlos Lobato (vogal)

José Fragoso (vogal)

Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DAS MODALIDADES, POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2019**

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RENDIMENTOS E GASTOS | MODALIDADES | | | | Total |
|--|---------------------------|-----------------------------|-------------------------|-------------------|------------------|
| | Solidariedade Associativa | Cuidados de Saúde Primários | Internamento Hospitalar | Capital por Morte | |
| Vendas e serviços prestados | 28 563,23 | 323 947,13 | 166 385,14 | 14 057,50 | 532 953,01 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 210,00 | 0,00 | 10,00 | 0,00 | 220,00 |
| Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas | -37,92 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -37,92 |
| Fornecimentos e serviços externos | -15 661,50 | -65 845,62 | -36 186,35 | -4 116,19 | -121 809,67 |
| Gastos com o pessoal | -4 215,27 | -141 274,90 | -51 044,90 | -4 027,92 | -200 562,99 |
| Provisões específicas (aumentos/reduções) | 0,00 | 0,00 | 0,00 | -5 183,69 | -5 183,69 |
| Outras imparidades (perdas/reversões) | 0,00 | -4 720,08 | -2 594,92 | 0,00 | -7 315,00 |
| Outros rendimentos | 307,15 | 129 925,34 | 58 055,70 | 6 576,66 | 194 864,85 |
| Outros gastos | -6 808,34 | -194 218,12 | -113 606,50 | -4 774,05 | -319 407,01 |
| Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos | 2 357,35 | 47 813,75 | 21 018,17 | 2 532,30 | 73 721,58 |
| Gastos/reversões de depreciação e de amortização | -1 288,52 | -51 613,69 | -27 642,96 | -2 276,52 | -82 821,69 |
| Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos) | 1 068,83 | -3 799,93 | -6 624,79 | 255,78 | -9 100,11 |
| Resultado antes de impostos | 1 068,83 | -3 799,93 | -6 624,79 | 255,78 | -9 100,11 |
| Imposto sobre o rendimento do período | | | | | |
| Resultado líquido do período | 1 068,83 | -3 799,93 | -6 624,79 | 255,78 | -9 100,11 |

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)

Carlos Lobato (vogal)

José Fragoso (vogal)

Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira

(CC 3301)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RUBRICAS | PERÍODOS | |
|--|--------------|--------------|
| | 2019 | 2018 |
| <u>Fluxos de caixa das actividades operacionais</u> | | |
| Recebimentos de clientes e utentes | 394 680,53 | 381 726,39 |
| Pagamentos de subsídios | 8 032,59 | 9 000,00 |
| Pagamentos de apoios | 16,07 | 4 096,80 |
| Pagamento de bolsas | 4 500,00 | 5 250,00 |
| Pagamentos a fornecedores | 414 818,97 | 415 802,51 |
| Pagamentos ao pessoal | 197 198,67 | 199 840,54 |
| Caixa gerada pelas operações | (229 885,77) | (252 263,46) |
| Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento | | |
| Outros recebimentos/pagamentos | 11 130,44 | 13 871,78 |
| Fluxos de caixa das actividades operacionais (1) | (218 755,33) | (238 391,68) |
| <u>Fluxos de caixa das actividades de investimento</u> | | |
| Pagamentos respeitantes a: | | |
| Activos fixos tangíveis | 21 501,95 | 12 296,84 |
| Activos intangíveis | 2 146,35 | |
| Investimentos financeiros | 432 300,00 | 715 022,00 |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Activos fixos tangíveis | 638,71 | 607,54 |
| Investimentos financeiros | 411 500,00 | 696 722,00 |
| Outros activos | 168 854,53 | 149 975,11 |
| Juros e rendimentos similares | 8 953,45 | 9 835,17 |
| Dividendos | | |
| Fluxos de caixa das actividades de investimento (2) | 133 998,39 | 129 820,98 |
| <u>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</u> | | |
| Recebimentos provenientes de: | | |
| Doações | | 4 383,00 |
| Outras operações de financiamento | 140 501,25 | 149 386,28 |
| Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3) | 140 501,25 | 153 769,28 |
| Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3) | 55 744,31 | 45 198,58 |
| Efeito das diferenças de câmbio | | |
| Caixa e seus equivalentes no início do período | 348 188,95 | 302 990,37 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do período | 403 933,26 | 348 188,95 |

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (presidente)
Carlos Lobato (vogal)
José Fragoso (vogal)
Luísa Melo (vogal)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
(CC 3301)

FUNDO DE AÇÃO SOCIAL (FAS)
BALANÇO em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RUBRICAS | DATAS | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| ATIVO | | |
| Ativo corrente | | |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | 7 187,50 | 1 746,00 |
| Outras contas a receber | 20 167,10 | 121 375,38 |
| Outros ativos financeiros mensurados ao justo valor | 8 782 496,31 | 12 755 589,53 |
| Caixa e depósitos bancários | 6 246 546,19 | 1 985 192,93 |
| | 15 056 397,10 | 14 863 903,84 |
| Total do Ativo | 15 056 397,10 | 14 863 903,84 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | |
| Fundos patrimoniais | | |
| Excedentes técnicos | 14 851 003,21 | 14 984 360,28 |
| Resultados transitados | (13 947,87) | (13 947,87) |
| | 14 837 055,34 | 14 970 412,41 |
| Resultado líquido do período | 154 919,02 | (133 357,07) |
| Total do fundo de capital | 14 991 974,36 | 14 837 055,34 |
| Passivo | | |
| Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros | | |
| Outras contas a pagar | 64 422,74 | 26 848,50 |
| Total do passivo | 64 422,74 | 26 848,50 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | 15 056 397,10 | 14 863 903,84 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RENDIMENTOS E GASTOS | PERÍODOS | |
|---|-------------------|---------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Custos inerentes a associados | (106 841,38) | (122 521,27) |
| Custos da prestação de serviços | (150 501,25) | (149 386,28) |
| Fornecimentos e serviços externos | (99 850,11) | (53 187,52) |
| Provisões (aumentos/reduções) | 0,00 | 136 727,08 |
| Aumentos/reduções de justo valor | 360 850,04 | (203 842,53) |
| Outros rendimentos - alienações/vencimentos | 34 392,37 | 0,00 |
| Outros rendimentos - juros | 116 869,35 | 258 853,45 |
| Resultado líquido do período | 154 919,02 | (133 357,07) |

FUNDO AUTÓNOMO DE SUBSÍDIO COMPLEMENTAR (FASC)

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RUBRICAS | DATAS | |
|---|-------------------|-------------------|
| | 31/12/2019 | 31/12/2018 |
| ATIVO | | |
| Ativo não corrente | | |
| Investimentos financeiros | 181 000,00 | 181 000,00 |
| | 181 000,00 | 181 000,00 |
| Ativo corrente | | |
| Outras contas a receber | 745,01 | 1 181,74 |
| Caixa e depósitos bancários | 46 526,57 | 62 860,82 |
| | 47 271,58 | 64 042,56 |
| Total do Ativo | 228 271,58 | 245 042,56 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | |
| Fundos patrimoniais | | |
| Excedentes técnicos | 17 262,18 | 12 560,28 |
| Resultados transitados | 5 329,77 | 5 329,77 |
| | 22 591,95 | 17 890,05 |
| Resultado líquido do período | (10 653,25) | 4 701,90 |
| Total do fundo de capital | 11 938,70 | 22 591,95 |
| Passivo | | |
| Passivo não corrente | | |
| Provisões específicas | | |
| Pensões | 197 999,89 | 205 424,37 |
| Subsídio por Morte | 11 199,39 | 11 135,84 |
| | 209 199,28 | 216 560,21 |
| Passivo corrente | | |
| Pensionistas | 7 133,60 | 5 890,40 |
| | 7 133,60 | 5 890,40 |
| Total do passivo | 216 332,88 | 222 450,61 |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | 228 271,58 | 245 042,56 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2019

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RENDIMENTOS E GASTOS | PERÍODOS | |
|---|--------------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 |
| Subsídios, doações e legados à exploração | 10 000,00 | 10 000,00 |
| Fornecimentos e serviços externos | (1 260,75) | (1 230,00) |
| Pensões | (30 251,20) | (30 843,20) |
| Subsídio por Morte | 0,00 | (2 493,99) |
| Provisões específicas (aumentos/reduções) | 7 360,93 | 25 345,67 |
| Juros obtidos | 3 497,77 | 3 923,42 |
| Resultado líquido do período | (10 653,25) | 4 701,90 |

FUNDO NORBERTO LOPES

BALANÇO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RUBRICAS | DATAS | |
|---|------------------|------------------|
| | 31/12/2018 | 31/12/2017 |
| ATIVO | | |
| Ativo corrente | | |
| Outras contas a receber | 26,60 | 122,41 |
| Caixa e depósitos bancários | 38 029,10 | 37 642,61 |
| Total do Ativo | 38 055,70 | 37 765,02 |
| FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO | | |
| Fundos patrimoniais | | |
| Excedentes técnicos | 37 193,10 | 36 902,59 |
| Resultados transitados | 571,92 | 571,92 |
| | 37 765,02 | 37 474,51 |
| Resultado líquido do período | 290,68 | 290,51 |
| Total do fundo de capital | 38 055,70 | 37 765,02 |
| Passivo | | |
| Total do passivo | | |
| Total dos fundos patrimoniais e do passivo | 38 055,70 | 37 765,02 |

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31 de Dezembro de 2018

UNIDADE MONETÁRIA: EURO

| RENDIMENTOS E GASTOS | PERÍODOS | |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| | 2018 | 2017 |
| Juros obtidos | 290,68 | 290,51 |
| Resultado líquido do período | 290,68 | 290,51 |

D.

ANEXO

Casa da Imprensa – Associação Mutualista

1 — Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade

Casa da Imprensa Associação Mutualista

1.2 – Sede

Rua da Horta Seca n.º 20, em Lisboa

1.3 – Natureza da atividade

É uma Instituição Particular de Solidariedade Social, constituída em 24 de abril de 1905, pessoa coletiva n.º 500 902 356. Rege-se pelos seus Estatutos e pelos diplomas legais aplicáveis. Tem como fins estatutários fundamentais a concessão de benefícios de saúde e de segurança social aos seus associados.

2 — Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — Base de preparação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) aprovado pelo Decreto-lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, alterado pelo Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de junho e Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) consignada no Aviso n.º 8259/2015 de 29 de julho. Sempre que não exista outra referência os montantes encontram-se expressos em unidade de euro.

2.2 — Derrogação das disposições do SNC

Não foram derrogadas quaisquer disposições do SNC que tenham tido efeitos nas demonstrações financeiras e na imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da Entidade.

2.3 — Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2019 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2018.

3 — Políticas contabilísticas, alteração nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1 – Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e de acordo com o regime contabilístico do acréscimo.

De acordo com este regime do acréscimo ou da periodização económica, os efeitos das operações económicas e dos acontecimentos com relevância na situação patrimonial são reconhecidos quando ocorrem e não apenas quando sejam recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas Outras contas a receber e a pagar e Diferimentos.

A apresentação e classificação de itens nas demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro. Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos, não são compensados exceto quando tal for exigido pela NCRF-ESNL. As demonstrações financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

A informação narrativa proporcionada nas demonstrações financeiras relativa a períodos anteriores que continua a ser relevante no período corrente é divulgada novamente.

3.2 – Outras políticas contabilísticas

3.2.1 – Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados:

- a) Os terrenos e edifícios ao seu custo revalorizado, resultante da avaliação efetuada em dezembro de 2017, por perito avaliador certificado, deduzido das depreciações do exercício.
- b) Os restantes ativos ao seu custo de aquisição deduzido das correspondentes depreciações. O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre em condições de utilização.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

- Edifícios afetos a serviços de saúde e administrativos: 50 anos
- Edifício afeto a outros fins: 100 anos
- Equipamento básico: 3 a 7 anos
- Equipamento administrativo: 3 a 10 anos
- Outros ativos fixos tangíveis: 5 a 10 anos

A Entidade tem um conjunto de obras de arte (pintura, escultura e cerâmica) resultante de ofertas de associados e outras Entidades ao longo da sua existência. Estes ativos não têm custo conhecido, nem mercado para apuramento do seu justo valor, razão pela qual transitaram de normativo ao custo contabilizado, que é também o valor pelo qual se encontram seguros. Os bens do património histórico e cultural não são depreciáveis.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

O desconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate.

Qualquer aumento resultante das revalorizações é registado no capital próprio como excedente de revalorização, exceto se o mesmo reverter num decréscimo previamente reconhecido em resultados, caso em que tal aumento é igualmente reconhecido em resultados. Diminuições resultantes das revalorizações são registadas diretamente em excedentes de revalorização até à concorrência de qualquer saldo credor remanescente do excedente de revalorização do mesmo ativo. Qualquer excesso das diminuições relativamente a esse saldo credor remanescente é diretamente reconhecido em resultados. Quando o ativo revalorizado é desconhecido, o excedente de revalorização incluído no capital próprio associado ao ativo não é reclassificado para resultados, sendo transferido para resultados transitados. Sempre que um bem é revalorizado, todos os bens da sua classe são revalorizados.

3.2.2 – Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição deduzido de amortizações.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente, sendo o efeito das alterações a estas estimativas reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As amortizações foram calculadas de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

- Programas de computador: 3 anos

3.2.3 – Investimentos financeiros

Para as modalidades mutualistas a Entidade tem investimentos em obrigações do tesouro de curto prazo, com intenção de as manter até à maturidade, e por isso classificados como “carteira a vencimento”. Os títulos estão mensurados ao custo de aquisição, que é também o valor nominal, e vencem juros semestrais. Tem o mesmo procedimento para os investimentos do Fundo Autónomo de Subsídio Complementar (FASC). Quanto ao Fundo de Ação Social (FAS) os investimentos, constituídos por unidades de participação em fundos mobiliários e obrigações do tesouro e de empresas, seguem os princípios definidos para a mensuração dos instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, reconhecendo os ativos pelo justo valor e as suas variações em resultados de cada período. A única exceção a este princípio é para o título BES, cujo incumprimento obrigou a Entidade a constituir provisão a 100%, em consonância com a explicação da nota 8.

3.2.4 – Inventários

Os inventários encontram-se valorizados ao custo de aquisição. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento. O sistema de inventário é o intermitente. Não sendo o negócio da Entidade (venda de livros e/ou medalhas) o preço de venda estimado tende a igualar o respetivo custo.

3.2.5 – Instrumentos financeiros

A Entidade desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra Entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Entidade desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

Os instrumentos financeiros classificam-se conforme se discrimina a seguir e a sua mensuração depende da categoria respetiva:

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros e Outras contas a receber

As dívidas de associados ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

No final de cada período de relato são analisadas as contas de associados e Outras contas a receber de forma a avaliar se existe alguma evidência objetiva de que não são recuperáveis. As perdas por imparidade são registadas sempre que exista evidência objetiva de que as mesmas não são recuperáveis. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em Perdas por imparidade em dívidas por receber, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

Caixa e depósitos à ordem

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos à ordem, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

Depósitos a prazo

Os montantes incluídos na conta depósitos a prazo correspondem aos valores aplicados a determinado prazo, variando entre 6 meses e 3 anos, podendo ou não ser renovados automaticamente e os juros negociados creditados na conta depósitos à ordem, na data do respetivo vencimento.

Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros, Fornecedores e Outras contas a pagar

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

3.2.6 – Fundos patrimoniais

Da rubrica Fundos Patrimoniais fazem parte os Fundos Próprios das modalidades Cuidados de Saúde Primários e Internamento Hospitalar e da Solidariedade Associativa, o excedente do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, as Reservas Legais (Fundo de Reserva Geral), resultantes da aplicação dos Resultados Líquidos anuais em conformidade com as disposições estatutárias, e os excedentes dos Fundos

Autónomos sob gestão da Casa da Imprensa (Fundo de Ação Social, Fundo Autónomo de Subsídio Complementar e Fundo Norberto Lopes).

3.2.7 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Sempre que se reconhece a existência de uma obrigação resultante de um evento passado, a qual exige o dispêndio de recursos, e sempre que o seu valor possa ser razoavelmente estimado, é constituída uma provisão.

Estas provisões são revistas à data do balanço de forma a transmitirem uma estimativa atual e fiável.

Na eventualidade de uma das condições anteriores não ser cumprida, mas mantendo-se a possibilidade de afetar os exercícios futuros, não se reconhece um passivo contingente mas promove-se a sua divulgação.

No que respeita a ativos contingentes, quando estes se verificarem resultantes de eventos passados, mas cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos, estes não são registados.

À semelhança dos passivos, também os ativos contingentes são divulgados.

3.2.8 – Imposto sobre o rendimento

A Entidade está isenta de IRC, ao abrigo do artigo 10.º do Código do IRC.

3.2.9 – Rédito

Os réditos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do seu recebimento ou colocação à disposição. Nesta rubrica inserem-se as quotas dos associados e as verbas devidas pela administração de fundos.

Os juros são reconhecidos atendendo ao pressuposto do acréscimo, tendo em consideração o tempo decorrido desde o último vencimento e a taxa efetiva durante o período.

As rendas e outros rendimentos em ativos fixos tangíveis referem-se ao arrendamento, por pisos, salas ou postos de trabalho do prédio da Rua do Loreto em Lisboa e são reconhecidas de acordo com o princípio do acréscimo.

3.2.10 – Benefícios de empregados

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados (benefícios a curto prazo): salários, contribuições para a segurança social, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e outros benefícios adicionais (subsídio de transporte, quotas associativas, comunicações, ...).

Estes benefícios são reconhecidos como gastos no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

No caso do direito a férias e subsídio de férias relativo ao período que se vence em 31 de dezembro de cada ano, o pagamento ocorre durante o período seguinte e é tratado de acordo com este procedimento.

3.2.11 – Estado e Outros Entes Públicos

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado em janeiro do ano seguinte, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro.

Regista também o IVA a pagar decorrente da venda de livros no 4.º trimestre, o IVA a pagar ou recuperar decorrente do funcionamento da *Noticiaria* (espaço de *co-work*) durante o 4.º trimestre e o IVA a recuperar, referente a aquisições de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção ou conservação dos edifícios e bens de equipamento e/ou suas reparações de acordo com as regras definidas no Decreto-lei n.º 20/90, de 13 de janeiro, alterado pelo Decreto-lei n.º 84/2017, de 21 de julho.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeia realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. As alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As revisões das estimativas em exercícios seguintes não são consideradas um erro. São reconhecidas em resultados e são objeto da divulgação adequada à sua materialidade.

Não foram identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

3.5 – Alteração nas políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nas estimativas contabilísticas, nem se detetaram erros materialmente relevantes em períodos anteriores.

4 – Ativos Fixos Tangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de depreciação e as vidas úteis usadas estão explanados na nota 3.2.1.

Como determinam as regras contabilísticas, as revalorizações devem ser feitas com suficiente regularidade e o critério adotado pela administração é o de promover uma avaliação externa dos seus imóveis, por perito qualificado e independente, em cada mandato dos órgãos sociais. A primeira ocorreu em 2014, a segunda ocorreu em 2017 e prevê-se a próxima em 2020. Por isso não houve qualquer avaliação em 2019 e, consequentemente, alteração no justo valor dos ativos e dos Excedentes de Revalorização.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações acumuladas, foi o seguinte:

| | Ativo Bruto | | | | | Saldo em 31/12/2019 |
|--|------------------------|------------------|--------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2018 | Aumentos | Reavaliações | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | |
| Bens do património histórico e artístico e cultural | 62 324,80 | - | - | - | - | 62 324,80 |
| Outros ativos fixos tangíveis | | | | | | |
| Terrenos e recursos naturais | 3 131 000,00 | - | - | - | - | 3 131 000,00 |
| Edifícios e outras construções | 4 789 000,00 | 10 757,12 | - | - | - | 4 799 757,12 |
| Equipamento básico | 94 115,81 | - | - | - | - | 94 115,81 |
| Equipamento administrativo | 155 458,67 | 8 783,71 | - | - | - | 164 242,38 |
| | <u>8 231 899,28</u> | <u>19 540,83</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>8 251 440,11</u> |

| | Depreciações Acumuladas | | | | |
|--------------------------------|-------------------------|------------------|------------------------|-------------------------|------------------------|
| | Saldo em 31/12/2018 | Aumentos | Abates e Alienações | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2019 |
| Outros ativos fixos tangíveis | | | | | |
| Edifícios e outras construções | 61 580,00 | 67 699,03 | - | - | 129 279,03 |
| Equipamento básico | 86 071,16 | 2 448,44 | - | - | 88 519,60 |
| Equipamento administrativo | 122 289,09 | 12 452,30 | - | - | 134 741,39 |
| | <u>269 940,25</u> | <u>82 599,77</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>352 540,02</u> |

As depreciações escrituradas nos períodos de 2019 e 2018 foram as seguintes:

| | Gastos com Depreciações | |
|--------------------------------|-------------------------|------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Outros ativos fixos tangíveis | | |
| Edifícios e outras construções | 67 699,03 | 61 580,00 |
| Equipamento básico | 2 448,44 | 2 448,44 |
| Equipamento administrativo | 12 452,30 | 12 317,16 |
| | <u>82 599,77</u> | <u>76 345,60</u> |

5 – Ativos Intangíveis

Os critérios de mensuração, os métodos de amortização e a vida útil usada encontram-se referidos na nota 3.2.2.

Durante o exercício o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas, foi o seguinte:

| Ativo Bruto | | | | | |
|--------------------------------|--------------------------------|-----------------|-------------------------------|---------------------------------|--------------------------------|
| | Saldo em 31/12/2018 | Aumentos | Abates e Alienação | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2019 |
| Programas de computador | 45 459,33 | 2 146,35 | - | - | 47 605,68 |
| | <u>45 459,33</u> | <u>2 146,35</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>47 605,68</u> |
| Amortizações Acumuladas | | | | | |
| | Saldo em 31/12/2018 | Aumentos | Abates e Alienação | Correcções e Transf. | Saldo em 31/12/2019 |
| Programas de computador | 45 271,41 | 221,92 | - | - | 45 493,33 |
| | <u>45 271,41</u> | <u>221,92</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>45 493,33</u> |

As amortizações escrituradas nos períodos de 2019 e 2018 foram as seguintes:

| Gastos com Amortizações | | |
|--------------------------------|---------------|---------------|
| | 2019 | 2018 |
| Activos Intangíveis | | |
| Programas de computador | 221,92 | 102,50 |
| | <u>221,92</u> | <u>102,50</u> |

6 – Inventários

A Entidade tem para cedência aos seus associados ou outros interessados um conjunto de medalhas (dos 80 anos, dos 90 anos e do centenário da Casa da Imprensa) e de livros patrocinados e relacionados com a vida da instituição e dos associados (“100 Anos de história”, “Jornalistas Pais e Filhos”, “O Cinema Ideal e a Casa da Imprensa 100 anos de filmes” são alguns exemplos).

Os movimentos no ano foram os seguintes:

| Inventários | | | | | |
|--------------------------------|---|----------------|--|----------------|---|
| | Inventário em 31/12/2018 | Compras | Reclassificações e regularizações | Vendas | Inventário em 31/12/2019 |
| Medalhas | 7 725,79 | - | - | - | 7 725,79 |
| Livros | 12 665,96 | - | - | (37,92) | 12 628,04 |
| | <u>20 391,75</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>(37,92)</u> | <u>20 353,83</u> |
| Custo dos inventários vendidos | | | | | <u>37,92</u> |

7 – Rendimentos e gastos

O rédito reconhecido pela Entidade em 2019 e 2018 é detalhado conforme se segue:

| Réditos | | |
|----------------------------------|-------------|-------------|
| | 2019 | 2018 |
| Vendas e Prestação de serviços | 532 953,01 | 529 164,17 |
| Quotizações e joias | 322 674,65 | 312 363,20 |
| Credenciais e Senhas de consulta | 69 735,88 | 67 403,46 |
| Fundos | 140 501,25 | 149 386,28 |
| Vendas | 41,23 | 11,23 |
| Outros rendimentos e ganhos | 185 989,55 | 197 858,64 |
| Rendas | 153 451,94 | 158 475,65 |
| Cedência de salas | 17 863,20 | 17 949,61 |
| Consignação fiscal - IRS | 14 219,80 | 13 881,05 |
| Outros | 454,61 | 7 552,33 |

| | | |
|----------------------------|-------------------|-------------------|
| Juros | 8 875,30 | 10 261,73 |
| Juros de depósitos | 2 205,42 | 3 580,09 |
| Juros de outras aplicações | 6 669,88 | 6 681,64 |
| | <u>727 817,86</u> | <u>737 284,54</u> |

A repartição dos Fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 2019 e 2018, foi a seguinte:

| Fornecimentos e Serviços Externos | | |
|--|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Trabalhos especializados | 14 974,77 | 10 781,70 |
| Publicidade e propaganda | 5 201,70 | 3 470,05 |
| Honorários | 25 744,00 | 27 348,50 |
| Conservação e reparação | 5 471,59 | 9 103,96 |
| Outros | 3 337,48 | 3 606,65 |
| Materiais | 5 376,89 | 6 004,32 |
| Energia e fluidos | 11 149,78 | 13 045,22 |
| Deslocações, estadas e transportes | 3 493,89 | 4 187,32 |
| Comunicação | 4 800,55 | 8 967,25 |
| Seguros | 3 733,65 | 3 705,78 |
| Licenças | 6 687,19 | 6 409,62 |
| Despesas de representação | 2 133,13 | 1 884,67 |
| Limpeza, higiene e conforto | 21 883,73 | 21 638,99 |
| Outros serviços | 7 821,32 | 7 661,45 |
| | <u>121 809,67</u> | <u>127 815,48</u> |

A rubrica de Outros gastos encontra-se dividida da seguinte forma:

| Outros gastos | | |
|-------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Impostos | - | 267,70 |
| Custos com apoios financeiros | | |
| Capital por Morte | 4 735,69 | 6 000,00 |
| Bolsas de Estudo | 4 500,00 | 5 250,00 |
| Subsídio de Parentalidade | 1 000,00 | 3 000,00 |
| Subsídio por Morte/ITP por acidente | - | - |
| Internamento Hospitalar | 107 551,36 | 105 988,92 |
| Cuidados de Saúde Primários | 198 870,66 | 195 682,55 |
| Outros | 2 749,30 | 2 998,06 |
| | <u>319 407,01</u> | <u>319 187,23</u> |

8 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

A Entidade, por ausência de factos ou pressupostos geradores, não reconhece nas suas demonstrações a existência de ativos contingentes nem de provisões genéricas.

Reconhece e divulga a existência de passivos contingentes.

Em novembro de 2013 foi citada pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de que lhe foi intentada uma ação administrativa especial pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, com a pretensão de que lhe seja devolvido um adiantamento de 997 595,79€, efetuado no ano de 2000 por conta da dívida reconhecida pelo Instituto do adicional de publicidade dos jornais diários. O Tribunal de Contas, na sequência duma auditoria ao IGFSS realizada em 2004, considerara ilegais o modo como foi feito o adiantamento e o despacho que o autorizou, sem contudo questionar a dívida.

Não só a Entidade não reconhece mérito nesta acusação como continua a reclamar os 711 192,57€ ainda em dívida.

Por estes factos, e apoiando-se no entendimento dos advogados que o processo terá um desfecho favorável, não foi constituída nenhuma provisão para processos judiciais em curso.

Nos últimos exercícios não houve qualquer desenvolvimento pelo que se mantém a validade dos pressupostos.

Em 26 de março de 2016 apresentou uma ação administrativa contra o Banco de Portugal e o Novo Banco, S.A. tendo em vista a declaração de nulidade ou anulação do ato administrativo consubstanciado na Deliberação do Conselho de Administração do Banco de Portugal, de 29 de dezembro de 2015, relativa à “Re-transmissão de obrigações não subordinadas do Novo Banco, S.A. para o Banco Espírito Santo, S.A.” e a consequente passagem dos títulos detidos pelo Fundo de Ação Social da Casa da Imprensa para a esfera jurídica do Novo Banco.

Em 27 e 30 de junho de 2016, o Novo Banco, S.A. e o Banco de Portugal apresentaram respetivamente a sua contestação pugnando pela improcedência da ação proposta pela Entidade.

A instância encontra-se suspensa até que seja proferida decisão final com trânsito em julgado de outras ações administrativas relacionadas.

A Entidade apresentou reclamação de créditos no âmbito do processo especial de liquidação judicial do Banco Espírito Santo, S.A. no dia 25 de agosto de 2016, no âmbito da qual reclama créditos no montante total de 300 000 euros correspondentes ao valor investido junto da mencionada Instituição bancária.

Continua a aguardar-se o desenvolvimento dos ulteriores termos do processo, nomeadamente que seja proferida sentença de verificação e graduação de créditos.

Encontra-se constituída provisão para 100% do valor do investimento, uma vez que a data de reembolso já foi ultrapassada.

Em 30 de maio de 2018 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Lisbon Corner, Unipessoal, Lda., no valor de 1456,60€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos, há mais de 1 ano.

A expectativa de receber o montante em dívida é diminuta e foi reconhecida a imparidade no exercício.

Em 4 de julho de 2019 intentou uma ação executiva para cobrança de dívida por falta de pagamento de rendas da Cidade Singular, Unipessoal, Lda., no valor de 6134,87€, encontrando-se o processo em fase de penhora de créditos.

Estando na posse da informação que não foram até ao momento encontrados bens a indicar à penhora, foi também reconhecida a imparidade.

A evolução das provisões matemáticas da modalidade Capital por Morte durante o exercício é detalhada conforme se segue:

| | Provisões Matemáticas | | | | |
|-------------------|------------------------------|-------------------|---------------------|--------------------|-------------------|
| | Saldo em | Aumento de | Constituição | Reversões e | Saldo em |
| | 31/12/2018 | garantias | e reforço | utilizações | 31/12/2019 |
| Capital por Morte | 271 523,02 | - | 5 183,69 | - | 276 706,71 |
| | 271 523,02 | - | 5 183,69 | - | 276 706,71 |

O valor do Fundo Permanente da modalidade Capital por Morte, o património líquido que lhe está afeto e o grau de cobertura face às provisões matemáticas necessárias têm a seguinte divulgação:

| | Fundo Permanente de Capital por Morte | | |
|-------------------|--|--------------------|------------------|
| | Património | Provisões | Grau de |
| | Líquido | Matemáticas | cobertura |
| Capital por Morte | 373 453,77 | 276 706,71 | 134,96% |
| | 373 453,77 | 276 706,71 | |

Face à manutenção das taxas de juro das aplicações em níveis muito baixos, começa a perspetivar-se a necessidade de adoção de novas bases técnicas, com taxa de juro mais baixa. Esta alteração conduzirá a reservas matemáticas mais altas o que poderá desencadear a necessidade do aumento da quota da modalidade.

9 – Subsídios e outros apoios

No período em análise foram registados nesta rubrica os apoios conforme se segue:

Subsídios, doações e legados à exploração

| | Valor atribuído | |
|-----------------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 |
| Benefícios prescritos | 20,00 | 0,00 |
| Subsídios e doações | 200,00 | 4 883,00 |
| | <u>220,00</u> | <u>4 883,00</u> |

10 – Instrumentos Financeiros

As bases de mensuração e as políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros encontram-se descritas na nota 3.2.5. A Entidade desenvolve uma variedade de instrumentos financeiros, no âmbito da sua política de gestão, nomeadamente:

10.1 – Fundadores/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

| Associados | | |
|-------------------------|-----------------|-----------------|
| | 2019 | 2018 |
| Dívidas de quotas | | |
| Até 3 meses | 836,90 | 546,80 |
| De 4 a 12 meses | 1 713,20 | 1 494,10 |
| Mais de 12 meses | 532,83 | 194,94 |
| Dívidas de Posto Médico | | |
| Até 3 meses | 787,02 | 1 494,50 |
| De 4 a 12 meses | 454,00 | 286,20 |
| Mais de 12 meses | 212,75 | 712,75 |
| | <u>4 536,70</u> | <u>4 729,29</u> |
| Beneficiários | | |
| | 2019 | 2018 |
| Capital por morte | | |
| Até 1 ano | 627,95 | 3 000,00 |
| Mais de 1 ano | - | - |
| | <u>627,95</u> | <u>3 000,00</u> |

10.2 – Outras contas a receber e Diferimentos ativos

As rubricas Outras contas a receber e Diferimentos tinham, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

| Outros Ativos a receber | | |
|---|----------------------|----------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Adiant. e outras operações com o pessoal | - | 4 800,00 |
| Devedores por acréscimo de rendimentos | | |
| Juros a Receber | 1 826,87 | 1 905,02 |
| Outros Devedores | | |
| IGFSS - Publicidade | 711 192,43 | 711 192,43 |
| Outros | 38 163,50 | 45 411,50 |
| Perdas por imparidade em Outros Devedores | (7 315,00) | - |
| Fundos | | |
| Fundo Autónomo de Subsídio Complementar | 11 938,70 | 22 591,95 |
| Fundo de Ação Social | 14 992 074,36 | 14 843 807,34 |
| Fundo Norberto Lopes | 38 189,73 | 38 055,70 |
| | <u>15 786 070,59</u> | <u>15 667 763,94</u> |

Diferimentos

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-------------------------|-----------------|-----------------|
| Diferimento de gastos | | |
| Outros gastos diferidos | 6 226,53 | 3 146,52 |
| | <u>6 226,53</u> | <u>3 146,52</u> |

As rubricas de Fundos desdobram-se da seguinte forma, sendo que a evolução dos investimentos financeiros e das perdas por imparidade são relevadas na nota 14.2:

Fundos

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Fundo Autónomo de Subsídio Complementar | | |
| Depósitos à ordem e a prazo | 46 526,57 | 62 860,82 |
| Investimentos financeiros | 181 000,00 | 181 000,00 |
| Juros a Receber | 745,01 | 1 181,74 |
| Pensões a liquidar | -7 133,60 | -5 890,40 |
| Reservas Matemáticas | -209 199,28 | -216 560,21 |
| | <u>11 938,70</u> | <u>22 591,95</u> |
| Fundo Norberto Lopes | | |
| Depósitos à ordem e a prazo | 38 183,21 | 38 029,10 |
| Juros a Receber | 6,52 | 26,60 |
| | <u>38 189,73</u> | <u>38 055,70</u> |
| Fundo de Ação Social | | |
| Depósitos à ordem e a prazo | 6 246 546,19 | 1 985 192,93 |
| Investimentos financeiros | 9 173 617,52 | 13 146 710,74 |
| Perdas por imparidade | -391 121,21 | -391 121,21 |
| Juros a Receber | 19 158,28 | 112 347,24 |
| Encargos diferidos | 1 008,82 | 9 028,14 |
| Subsídios reembolsáveis | 7 187,50 | 1 746,00 |
| Movimento com CSP | -19 848,50 | -20 096,50 |
| Fornecedores | -44 474,24 | |
| | <u>14 992 074,36</u> | <u>14 843 807,34</u> |

10.3 – Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldos:

Caixa e Depósitos bancários

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|-------------------|-------------------|-------------------|
| Caixa | 1 395,50 | 1 400,00 |
| Depósitos à ordem | 402 537,76 | 346 788,95 |
| Depósitos a prazo | 426 500,00 | 405 700,00 |
| | <u>830 433,26</u> | <u>753 888,95</u> |

10.4 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Fornecedores

| | <u>2019</u> | <u>2018</u> |
|------------------------------------|------------------|------------------|
| Fornecedores gerais | 6 074,59 | 10 217,96 |
| Médicos e Entidades convencionadas | 5 556,30 | 5 367,07 |
| | <u>11 630,89</u> | <u>15 585,03</u> |

As faturas em receção e conferência passam a ser apresentadas em fornecedores gerais em vez de outros credores.

10.5 – Outras Contas a Pagar e Diferimentos passivos

As rubricas Outras contas a pagar e Diferimentos desdobram-se da seguinte forma:

| Outros Passivos Correntes | | |
|-----------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Credores por acréscimos de gastos | | |
| Remunerações a pagar ao pessoal | 26 196,47 | 25 675,26 |
| Outros acréscimos de gastos | 10 579,07 | 8 927,55 |
| Outros Credores | - | - |
| | <u>36 775,54</u> | <u>34 602,81</u> |
| Diferimentos | | |
| | 2019 | 2018 |
| Diferimentos de Rendimentos | | |
| Rendas | 24 242,82 | 23 586,65 |
| Adicional de Publicidade | 711 192,57 | 711 192,57 |
| | <u>735 435,39</u> | <u>734 779,22</u> |

11 – Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2019 foi de 8 pessoas (igual a 2018).

Os gastos incorridos com essas pessoas foram os seguintes:

| Gastos com o Pessoal | | |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 2019 | 2018 |
| Remunerações dos Órgãos Sociais | - | - |
| Remunerações do pessoal | 147 049,06 | 145 296,36 |
| Encargos sobre Remunerações | 33 085,58 | 32 913,51 |
| Seguro Ac. Trab. e Doenças Profis. | 1 598,93 | 1 492,96 |
| Outros gastos com Pessoal | 18 829,42 | 19 215,46 |
| | <u>200 562,99</u> | <u>198 918,29</u> |

Não houve alterações à titularidade do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Número de membros dos Órgãos Sociais

| | Efetivos | Suplentes |
|---------------------------|-----------------|------------------|
| Conselho de Administração | 5 | 3 |
| Conselho Fiscal | 3 | 3 |
| Mesa da Assembleia Geral | 3 | 3 |
| | <u>11</u> | <u>9</u> |

Os titulares dos Órgãos Associativos não auferiram qualquer remuneração. O exercício das suas funções é feito em regime de voluntariado.

12 – Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, assistiu-se ao crescimento acelerado do surto do vírus SARS-CoV-2, com rápida propagação da doença COVID-19 à escala global, que levou à declaração de pandemia pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020 e à declaração do estado de emergência em Portugal, em 18 de março de 2020. Assistiu-se em todo o mundo a uma forte redução da atividade económica, num cenário de recessão global.

A entidade não está imune a efeitos coletivos desta recessão, mas tem a convicção firme de que a continuidade da sua atividade não está em causa, razão pela qual mantém os princípios enunciados na nota 3 e não altera a situação relevada nas contas.

As perspetivas para 2020 apontam para a diminuição de alguns rendimentos, como os resultantes da prestação de serviços e das rendas, tal como para variações do justo valor da carteira de investimentos do Fundo de Ação Social, com amplitude imprevisível, dependente da duração e das medidas tomadas para sair da crise e da evolução dos mercados financeiros.

Tendo em conta a situação com referência até à data, não se prevê a diminuição da base associativa. Mas o atraso na entrada em vigor das alterações aos Estatutos e ao Regulamento de Benefícios, aprovadas em Assembleia Geral em 15 de outubro de 2019, e que dependem ainda do obrigatório registo pela tutela (Direção Geral da Segurança Social), compromete os efeitos esperados, com expressão significativa em 2020.

13 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade tem a sua situação regularizada perante o Estado e a Segurança Social.

14 – Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações:

14.1 – Fundos Patrimoniais

Movimentos nas rubricas de Fundos Patrimoniais

| | <u>Saldo em 31/12/2018</u> | <u>Aumentos e Reavaliações</u> | <u>Aplicação de resultados</u> | <u>Saldo em 31/12/2019</u> |
|--|--------------------------------|------------------------------------|------------------------------------|--------------------------------|
| Fundos | | | | |
| Capital por Morte | 40 112,86 | - | 3 933,70 | 44 046,56 |
| Cuidados de Saúde Primários | 754 907,17 | - | 2 564,34 | 757 471,51 |
| Solidariedade Associativa | 76 881,50 | - | 6 084,43 | 82 965,93 |
| Internamento Hospitalar | 83 713,73 | - | 1 485,52 | 85 199,25 |
| Reservas Legais | 156 378,12 | - | 1 563,12 | 157 941,24 |
| Outras Reservas | | | | |
| Fundo de Ação Social | 14 851 003,21 | 154 919,02 | - | 15 005 922,23 |
| Fundo Autónomo de Subsídio Complementar | 17 262,18 | (10 653,25) | - | 6 608,93 |
| Fundo Norberto Lopes | 37 483,78 | 134,03 | - | 37 617,81 |
| Reserva Especial p/ Valorização Património | 4 333 109,58 | - | - | 4 333 109,58 |
| Resultados transitados | 90 216,88 | - | - | 90 216,88 |
| Excedentes de revalorização | 3 167 999,36 | - | - | 3 167 999,36 |
| Outras variações no capital próprio | 62 324,80 | - | - | 62 324,80 |
| Resultado líquido do exercício | 15 631,11 | (9 100,11) | (15 631,11) | (9 100,11) |
| | <u>23 687 024,28</u> | <u>135 299,69</u> | <u>-</u> | <u>23 822 323,97</u> |

14.2 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros apresentaram a seguinte evolução no exercício:

Investimentos Financeiros - Modalidades

| | <u>Saldo em 31/12/2018</u> | <u>Aquisições</u> | <u>Abates e Alienações</u> | <u>Saldo em 31/12/2019</u> |
|---|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CSP | 20 000,00 | - | - | 20 000,00 |
| Obrig. Tesouro detidas até maturidade - CPM | 318 000,00 | - | - | 318 000,00 |
| | <u>338 000,00</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>338 000,00</u> |

Investimentos Financeiros - Fundo de Ação Social

| | Saldo em 31/12/2018 | Aquisições | Abates e Alienações | Perdas/Ganhos por aumento/redução justo valor | Saldo em 31/12/2019 |
|--|--------------------------------|---------------------|--------------------------------|--|--------------------------------|
| Obrig. diversas detidas até maturidade | 391 121,21 | - | - | - | 391 121,21 |
| Obrig. Tesouro ao justo valor | 1 087 120,00 | - | 643 712,00 | 26 436,00 | 469 844,00 |
| Obrig. diversas ao justo valor | 4 607 741,15 | - | 4 032 941,40 | 970,75 | 575 770,50 |
| U.P. Fundos | 7 060 728,38 | 1 680 120,22 | 1 337 410,08 | 333 443,29 | 7 736 881,81 |
| | <u>13 146 710,74</u> | <u>1 680 120,22</u> | <u>6 014 063,48</u> | <u>360 850,04</u> | <u>9 173 617,52</u> |

Perdas por Imparidade - Fundo de Ação Social

| | Saldo em 31/12/2018 | Aumentos | Reversões | Saldo em 31/12/2019 |
|--|--------------------------------|-----------------|------------------|--------------------------------|
| Obrig. diversas detidas até maturidade | 391 121,21 | - | - | 391 121,21 |
| | <u>391 121,21</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>391 121,21</u> |

Investimentos Financeiros - Fundo Autónomo de Subsídio Complementar

| | Saldo em 31/12/2018 | Aquisições | Abates e Alienações | Saldo em 31/12/2019 |
|---------------------------------------|--------------------------------|-------------------|--------------------------------|--------------------------------|
| Obrig. Tesouro detidas até maturidade | 181 000,00 | - | - | 181 000,00 |
| | <u>181 000,00</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>181 000,00</u> |

14.3 – Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Estado e Outros Entes Públicos

| | 2019 | 2018 |
|----------------------------------|-----------------|-----------------|
| Saldos Devedores | | |
| IVA - A Recuperar | 3 052,75 | 3 131,28 |
| | <u>3 052,75</u> | <u>3 131,28</u> |
| Saldos Credores | | |
| Retenção imposto s/ rendimento | 2 742,50 | 3 163,50 |
| IVA - A Pagar | - | - |
| Contribuição p/ Segurança Social | 3 443,15 | 3 520,82 |
| | <u>6 185,65</u> | <u>6 684,32</u> |

Lisboa, 21 de fevereiro de 2020 ⁽¹⁾

O Conselho de Administração

J. Goulart Machado (*presidente*)
 Carlos Lobato (*vogal*)
 José Fragoso (*vogal*)
 Luísa Melo (*vogal*)

A Contabilista Certificada

Luísa Pereira
 (CC 3301)

⁽¹⁾ O presente ANEXO foi atualizado à data de 31 de março de 2020, com a alteração do ponto 12. – Acontecimentos após data de Balanço (págs. 43/44)

E

PARECER DO CONSELHO FISCAL

1. PARECER

Nos termos da lei e dos Estatutos da CASA DA IMPRENSA, vem o Conselho Fiscal dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas de 2019, que lhe foi apresentado pelo Conselho de Administração.

Num ano que se esperava de transição para a entrada em vigor dos novos Estatutos e Regulamento de Benefícios, essencial para promover o equilíbrio financeiro das modalidades de Saúde, esse processo prolongou-se para além de todas as previsões, não tendo entrado em vigor até ao dia 31 de dezembro. O exercício de 2019 revelou-se por isso de maior dificuldade, realidade expressa pela apresentação de resultados negativos, o que acontece pela primeira vez na última década.

O Conselho Fiscal reconhece o carácter não repetível de dois fatores que contribuíram para o referido desempenho – a redução dos rendimentos das rendas do prédio da Rua do Loreto, devido à rotatividade de arrendatários, e o registo de imparidades relativas ao reconhecimento de dívidas de rendas incobráveis nos anos de 2017 a 2019, e espera que sejam apenas conjunturais os resultados negativos registados pela primeira vez desde 2011 nas duas modalidades de Saúde – Cuidados Primários e Internamento Hospitalar, sendo mais significativos nesta última – devido ao

atraso na entrada em vigor do novo regulamento de benefícios. O desequilíbrio gerado nestas modalidades evidencia contudo a continuação do aumento da procura de atos médicos por parte dos associados da CASA DA IMPRENSA, sobretudo através da rede AdvanceCare, o que vem confirmar o acerto da diversificação da oferta de assistência médica e a livre escolha pelos associados.

No mesmo sentido deve assinalar-se o crescimento do número de associados efetivos e participantes e também a maior adesão dos associados à modalidade de Internamento Hospitalar (+4,7% face ao exercício anterior), um indicador a ter em conta face ao desequilíbrio financeiro crescente desta modalidade.

O desempenho geral das modalidades não impediu contudo o reforço de 1,6% da capitalização global dos fundos mutualistas a que estão associadas.

Dos fundos autónomos sob gestão da Casa da Imprensa, destaca-se pela sua importância o Fundo de Ação Social (FAS), que regressou aos resultados positivos depois do défice registado no exercício anterior.

Pelo atrás exposto, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável ao relatório e contas de 2019.

Lisboa, 16 de março de 2020

Maria Helena Fátima de Jesus Rodrigues Garrido (Presidente)

Luísa Maria Bessa Fernandes Coelho (Relatora)

Sérgio Arsénio Nunes Anselmo Anibal (Secretário)

2. Eventos subsequentes

O surto do vírus SARS-CoV-2 que levou à declaração de pandemia a 11 de Março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde e ao estado de emergência em Portugal a 18 de Março, com o encerramento de boa parte das actividades económicas, sociais e culturais, terá inevitáveis e graves efeitos económicos e financeiros que se vão reflectir igualmente na vida da CASA DA IMPRENSA, como é referido na nota 12 do ANEXO.

Os efeitos das medidas de controle da pandemia tornam ainda mais urgente o registo dos novos Estatutos e do novo Regulamento de Benefícios. O Conselho Fiscal está consciente dos desafios que a CASA DA IMPRENSA enfrenta, mas considera, como o Conselho de Administração, que dispõe das condições financeiras necessárias para acomodar os previsíveis impactos negativos no exercício de 2020 e seguintes.



Casa da Imprensa
ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

CASA DA IMPRENSA – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA
www.casadaimprensa.pt

Sede:

R. da Horta Seca, 20 - 1200-221 Lisboa
Telefs.: 21 342 02 77 / 78 • Fax: 21 346 79 45 • E-mail: geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 20:00

Delegação Porto:

R. Fernandes Tomás, 424 - 4º - Salas 1/5 4000-210 Porto
Telef.: 22 510 53 10 • Fax: 22 510 53 10
E-mail: porto@casadaimprensa.pt • geral@casadaimprensa.pt
Horário de atendimento: dias úteis, das 09:30 às 12:30 e das 13:30 às 17:30